

IV Censo da Defensoria Pública do Estado da Bahia PCD

ANO 2022



IV Etapa do Censo da Defensoria Pública da Bahia PCD



Defensor Público-Geral do Estado da Bahia
Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensora Pública-Geral do Estado da Bahia
Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas
Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais
Walter Nunes Fonseca Junior

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia
Clériston Cavalcante de Macêdo

Coordenadoras da Defensoria Pública Especializada de Direitos Humanos
Eva dos Santos Rodrigues
Lívia Silva de Almeida

Assessores(as) de Gabinete
Cynara Fernandes Rocha Gomes
Juliane Andrade Pereira Machado
Marcelo dos Santos Rodrigues

Este relatório foi produzido pela Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Assessora de Gabinete
Fernanda Nunes Morais da Silva

Servidores(as)
Iolanda Carvalho de Pinho
Henrique Breda Foltz Cavalcanti

Estagiários
Jorge Ferreira dos Santos Neto
Mateus Pereira França
Maurício A. Bomfim de Aguiar
Nalessa Paraízo dos Santos

MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

Ao longo de 37 anos, a Defensoria Pública da Bahia cresceu muito, muito mesmo. Cresceu tanto que se tornou impossível conhecer cada uma das pessoas que trabalha nela, nas suas peculiaridades, sem estudo. Foi assim que surgiu a ideia de realizar um censo. Mas, a Defensoria não é uma instituição comum, logo seu censo também não poderia ser comum.

Não nos bastava saber quantos defensores(as), servidores (as) e estagiários(as) existem e quais as suas idades. Precisávamos entender a nossa diversidade, as dificuldades de cada um e principalmente os preconceitos existentes aqui dentro, bem como o nosso nível de letramento sobre cada um deles.

Organizamos o censo em quatro etapas e tentamos transformar cada uma delas em instrumento de combate a um dos principais preconceitos da nossa sociedade. Nos três primeiros, apontamos as lentes para o racismo, o machismo e a LGBTQfobia. Agora, o objetivo é acabar com a discriminação e o esquecimento das pessoas com deficiência.

A expressão “pessoa com deficiência” diz muito. Antes de qualquer coisa, tratamos de pessoas, não de deficiências. A existência de uma necessidade especial é adjetiva, mas não a substância. Pessoas com deficiência cantam, dançam, sorriem, choram, sentem, pensam, torcem e trabalham. Pessoas com deficiência são estagiárias, são servidoras e são defensoras. Lembrando o já célebre discurso de Sílvio Almeida, elas existem e são valiosas para nós.

Sabemos de todas as dificuldades, inclusive estruturais, existentes na Defensoria Pública. Conhecemos bem o desafio de encontrar imóveis adequados e de mudar as culturas. Recentemente inovamos com a inédita contratação de intérprete de libras. Porém, sabemos que há muito a ser feito e esta pesquisa será fundamental.

Agradeço muito a Fernanda Nunes Morais da Silva, a Lívia Almeida, a Eva Rodrigues e a Cláudia Ferraz e a suas equipes pela condução desses trabalhos. Agradeço também a todos e todas que responderam ao questionário. Vocês contribuíram

muito para o fortalecimento da Defensoria. Lamento por quem não respondeu, pois perdeu uma boa chance de fazer história. Fechamos um ciclo e saímos dele com a consciência de que somos maiores e melhores!

Rafson Saraiva Ximenes

APRESENTAÇÃO

Dentre as funções da Defensoria Pública está a defesa e orientação jurídica de diversos grupos vulneráveis, dentre os quais o das pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão, corroborando tal função, eleva a Instituição ao patamar de “fiscal” das garantias nela trazidas.

Destarte, se incumbe à Defensoria exigir do “externo” esse respeito e cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais, nada mais justo do que começar a “dar o exemplo”, organizando-se e garantindo a acessibilidade para aqueles que compõem o seu corpo institucional.

Após anos de exclusão, segregação e uma tentada integração, com o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - primeiro tratado internacional incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro sob o procedimento do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 -, passou-se a buscar a INCLUSÃO das pessoas com deficiência.

Mas não uma inclusão meramente normativa. O objetivo é um INCLUSÃO EFETIVA, que garanta a autonomia e a acessibilidade desse expressivo grupo populacional, em todos os seus sentidos.

Embora os instrumentos normativos tragam essa inclusão, na prática, ainda é necessário adotar providências reais para que essa efetividade aconteça.

Nesse sentido e, para honrar o lema que norteia a atuação quando se trata de direitos das pessoas com deficiência (“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”), indispensável mapear as defensoras, servidoras e estagiárias com algum tipo de deficiência; saber se os integrantes da DPE possuem algum familiar que necessite de atenção específica, para saber qual caminho ainda se precisa percorrer.

Com esse intuito, a DPE BA realizou a IV Etapa do Censo, com o olhar voltado para esse diagnóstico interno no que pertine às deficiências.

Consoante as conclusões trazidas nas etapas anteriores, para prestar um serviço mais adequado e acessível, para romper barreiras e minimizar estigmas sociais; para construir a Instituição que queremos, fundamental esse diagnóstico interno.

É necessário cuidar dos seus (integrantes da DPE) para que possamos atender melhor os nossos (assistidos).

Desse modo, mais do que se ter números ou dados estatísticos, busca-se uma quebra de paradigmas; a real intenção de que tais informações se convertam em mudanças internas: que os dados se transformem em rampas, em sedes acessíveis, em redes sociais e site institucional capaz de ser acessado por qualquer integrante da DPE BA; que não faltem as adaptações necessárias àquele servidor, defensor e/ou estagiário que tem deficiência visual; que seja possível àqueles que tem surdez e/ou deficiência auditiva compreender e ser compreendido; que a deficiência possa ser reconhecida nas cotas para concursos públicos; que haja o atendimento especial e individualizado para aquele que possui deficiência intelectual ou psicossocial; que expressões e atitudes capacitistas sejam excluídas do atuar defensorial e do posicionamento nas relações sociais e interpessoais.

A ideia é que, a partir do quanto conhecido através dos resultados do Censo que ora se apresentam, seja possível adequar a Política de Acessibilidade Institucional; adequar a carga horária daqueles que precisam de atendimento especializado periódico ou acompanhar o(s) seu(s) familiar(es). É ouvir quem é o real titular do direito para que se possa adequar a instituição de acordo com as suas especificidades.

Sendo assim, que as tabelas e percentuais se transformem em uma Defensoria Pública INCLUSIVA, ANTICAPACITISTA, ACESSÍVEL e PLENAMENTE CAPAZ DE GARANTIR ACOLHIMENTO ADEQUADO AOS SEUS MEMBROS E, ASSIM, POSSAMOS DAR VOZ E VEZ A TODOS(AS) AQUELES(AS) QUE NOS PROCURAM DIARIAMENTE, EM BUSCA DO EFETIVO RESPEITO AOS SEUS DIREITOS.

Cláudia Ferraz

Defensora Pública do Estado / Titular do 1º DP de Proteção aos Direitos Humanos
da Capital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	11
RESULTADOS	8
1. DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS	13
2. SERVIDORAS E SERVIDORES PÚBLICOS.....	43
3. ESTAGIÁRIAS E ESTAGIÁRIOS	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94

INTRODUÇÃO

O art. 3º, IV, da Constituição Federal elenca como objetivo da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Embora não esteja textualmente expresso, garantir a erradicação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência decerto integra o rol dos objetivos pretendidos com a existência desta nação, e, para tanto, torna-se premente promover políticas que reconheçam e respeitem todas as diferenças, limitações e necessidades específicas de cada habitante.

Esse objetivo toca diretamente a Defensoria Pública do Estado da Bahia, não apenas porque a defesa de pessoas com deficiência é uma das suas atribuições, conforme a Lei Complementar nº 80/94 e a Lei Complementar Estadual nº 26/06, mas porque entende que precisa fazê-lo inclusive em âmbito interno, no que diz respeito às pessoas que integram os seus quadros funcionais.

É nesse sentido que se apresenta esta quarta etapa do seu censo, elaborado com a finalidade de identificar possíveis obstáculos enfrentados internamente por Defensores(as) Públicos(as), servidores(as) e estagiários(as) que possuam algum tipo de deficiência, e, a partir daí, adotar as medidas necessárias para resguardar seus direitos e promover inclusão e acessibilidade.

METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada através de questionário submetido à comunidade institucional pelo Google Forms. A opção pela plataforma justifica-se pela facilidade oferecida para coleta e sistematização inicial das informações, viabilizando o seu tratamento com maior celeridade.

Tal questionário, devemos mencionar, foi elaborado a partir de um esforço conjunto entre o Gabinete do Defensor Público-Geral, a Assessoria de Gabinete para Pesquisas Estratégicas, a Coordenação da Especializada de Direitos Humanos e as Defensorias Públicas que trabalham diretamente com a população com deficiência, as Dras. Cláudia Ferraz e Bianca Ribeiro, tendo contado, ainda, com o auxílio da Dra. Nathiele Ribeiro.

Foi necessário repetir as perguntas a respeito do Perfil Socioeconômico da pessoa respondente, também formuladas nas etapas anteriores, levando em consideração que a amostra de uma etapa pode diferir da outra, bem como para propiciar o cruzamento dos dados. Quanto aos demais questionamentos, todos visam justamente identificar proporções, mapear percepções e medir o grau de entendimento da comunidade institucional a respeito do capacitismo.

A análise dos dados levantados foi realizada em separado, ou seja, levando-se em consideração cada categoria que compõe a comunidade da Defensoria Pública do Estado da Bahia: Defensores(as) Públicos(as), servidores(as) e estagiários(as). Optou-se por fazê-lo desta maneira tendo em vista não apenas o volume de respostas, como também a análise sobre como cada dado se comporta diante da existência de uma hierarquia de funções, própria da organização dos quadros institucionais.

Cabe destacar, contudo, que tal opção não prejudica o cotejo dos dados em conjunto, haja vista a existência de quesitos que tangenciam as interações sociais existentes não apenas entre as pessoas que compõem cada categoria, mas também entre elas e, ainda, entre pessoas oriundas de instituições que, de alguma forma, se relacionam com a Defensoria.

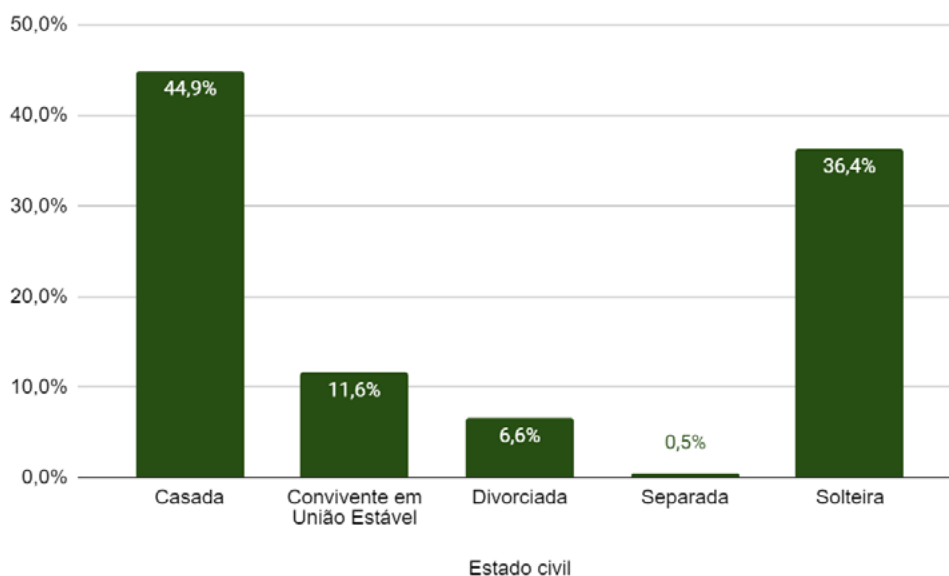
O questionário permaneceu aberto no período compreendido entre 21/9/2022 a 11/10/2022, tendo sido envidados todos os esforços de mobilização da comunidade institucional para garantir o maior número de respostas possível.

Findo o prazo, os dados coletados foram submetidos à Assessoria de Pesquisa para que fossem adequadamente tratados, viabilizando a produção deste relatório.

DEFENSORES(AS) PÚBLICOS(AS)

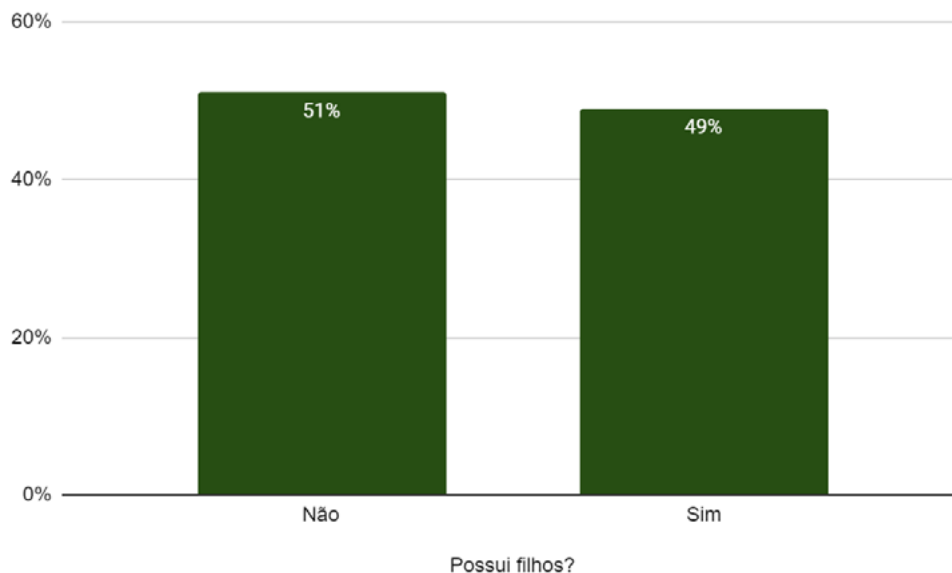
ESTADO CIVIL

No tocante ao estado civil, 89 dos(as) defensores(as) se declararam casados(as), o que representa 44,95% do total, sendo quase a metade do universo aqui analisado; 23 defensores(as) vivem em união estável, o que equivale a 11,62% do total. Treze defensores(as) - 6,57% do total - se declaram divorciados. Um(a) único(o) defensor(a) - 0,51% do total - se declara separado(a), e 72 defensores(as) - 36,35% do total - se declaram solteiros(as)



FILHOS

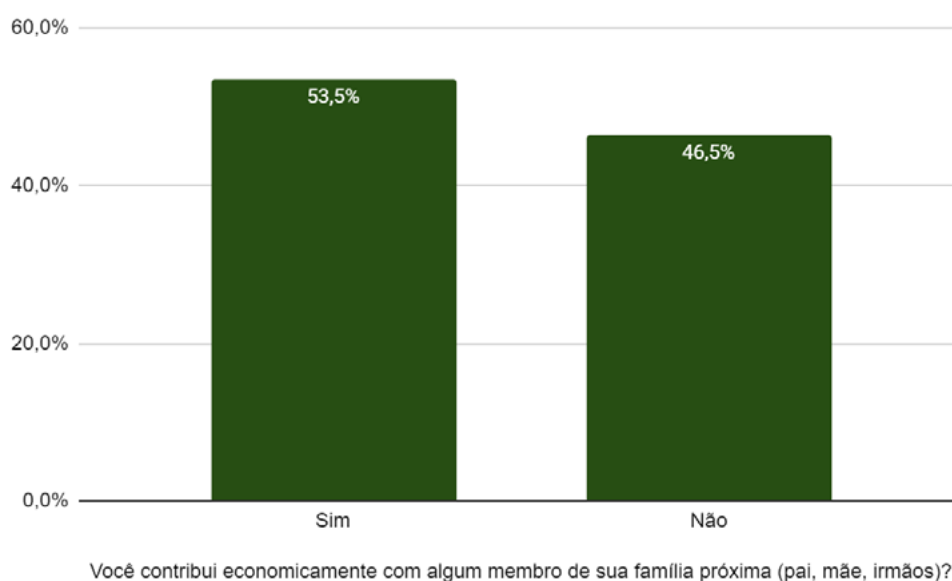
101 defensores(as), equivalentes a 51,01% do total, ou pouco mais da metade, possuem filhos; os(as) 97 defensores(as) restantes, ou 48,99% do total, declaram não tê-los.



CONTRIBUI ECONOMICAMENTE COM FAMILIARES

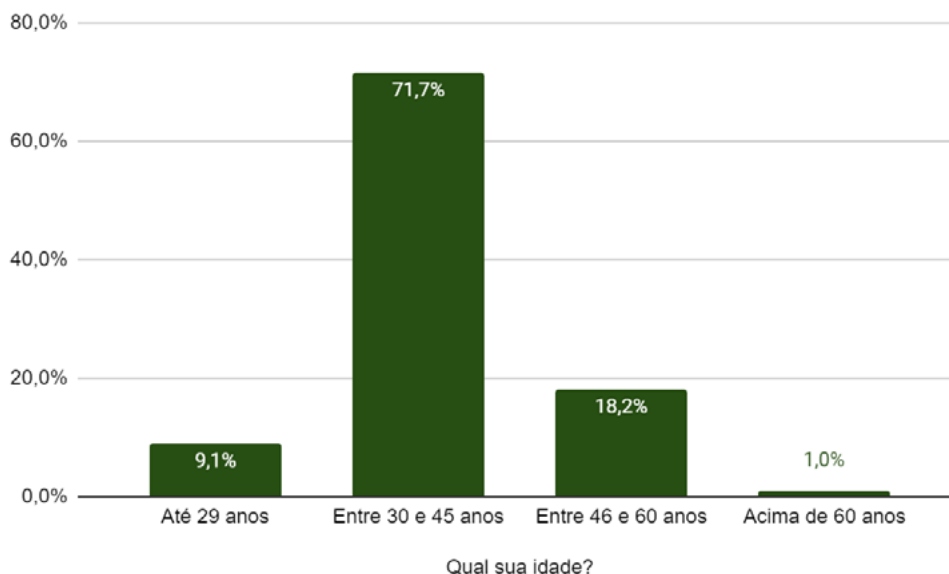
14

No que diz respeito à contribuição econômica com membros da família, 106 defensores(as) - 53,54% do total, ou pouco mais da metade - dizem contribuir economicamente com algum membro de sua família próxima (isto é, pais ou irmãos). Já 92 defensores(as), ou 46,46% do total, dizem não o fazer.



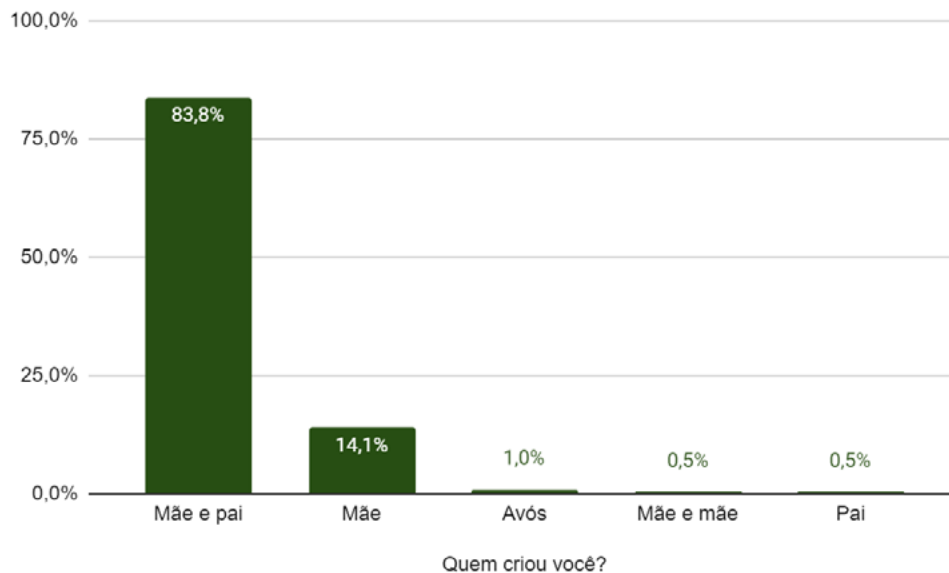
IDADE

No tocante à idade, tem-se que 18 defensores(as) (9,09% do total) têm até 29 anos; 142 defensores(as) (71,72%) têm entre 30 e 45 anos, sendo esta a maior faixa de idade dentre as pessoas aqui elencadas; 36 defensores(as) (18,18%) têm entre 46 e 60 anos, e apenas dois(duas) defensores(as) (1,01%) têm mais de 60 anos.



QUEM CRIOU VOCÊ?

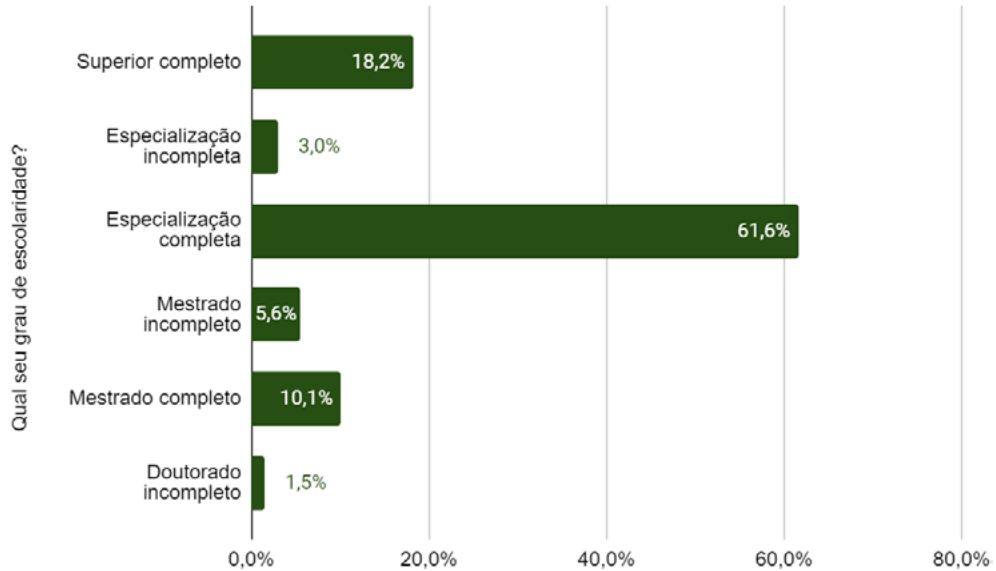
Quanto à criação familiar, 166 defensores(as) - 83,8% do total, ou a grande maioria entre as categorias aqui elencadas -, relatam ter sido criados(as) por mãe e pai; 28 defensores(as) (14,1%) dizem ter sido criados(as) apenas pela mãe; dois(duas) defensores(as) (1,0%) foram criados(as) pelos avós, enquanto um(a) único(a) defensor(a) (0,5%) foi criado(a) por duas mães e outro(a) defensor(a) foi criado(a) apenas pelo pai.



ESCOLARIDADE

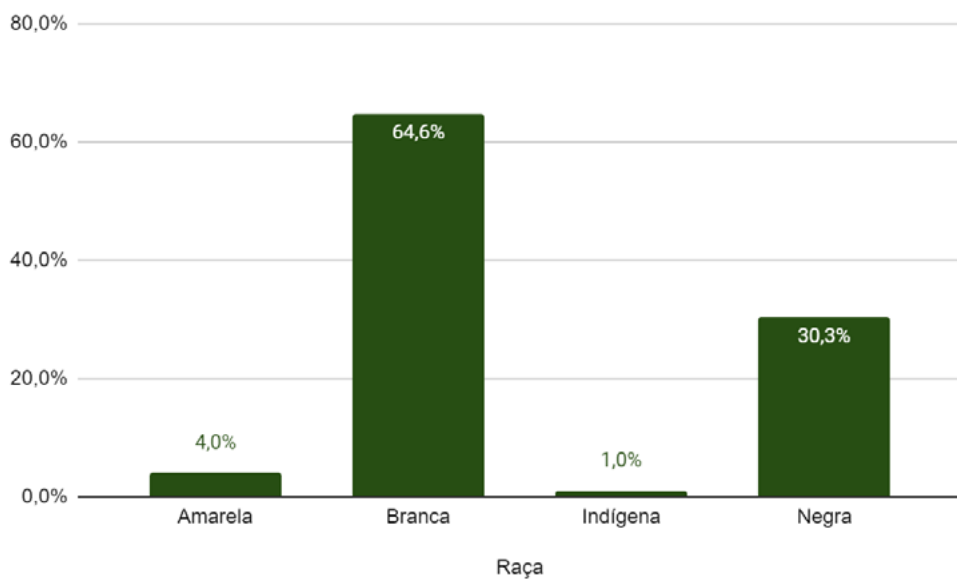
16

No tocante à escolaridade, nota-se que 36 defensores(as), ou 18,18% do total, possuem nível superior completo. Seis defensores(as) (3,03%) estão cursando uma especialização; 122 defensores(as) (61,62%) possuem uma especialização completa, sendo esta a maior das categorias aqui apresentadas; onze defensores(as) (5,56%) estão cursando um mestrado; vinte defensores(as) (10,10%) têm mestrado completo; e apenas três defensores(as) (1,52%) estão cursando um doutorado.

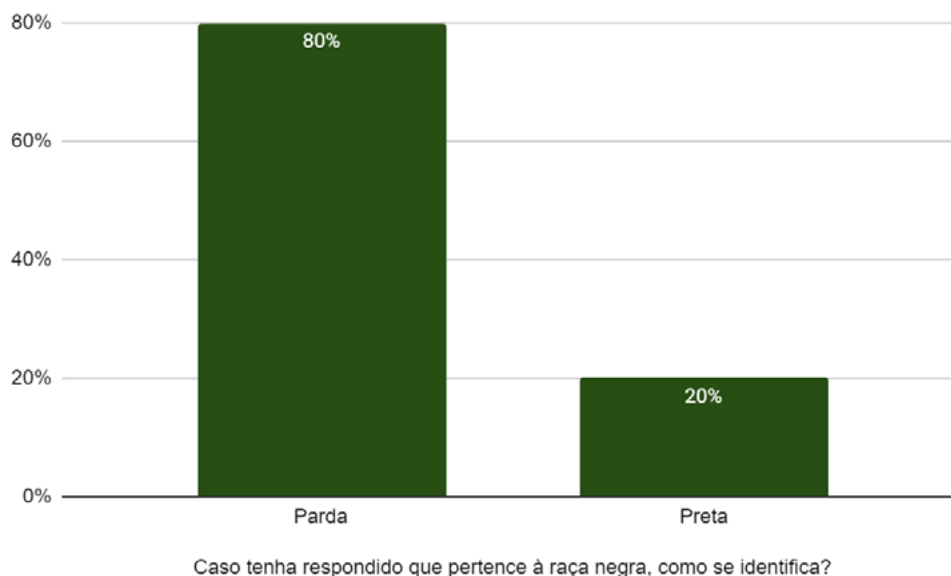


RAÇA

Quanto à raça, tem-se que 128 defensores(as), ou 64,65% do total, se declaram brancas, sendo este o maior grupo étnico aqui representado. 60 defensores(as), ou 30,30% do total, se declaram negras; oito defensores(as) (4,04%) se declaram amarelas, e apenas dois(duas) defensores(as) (1,01%) se declaram indígenas.

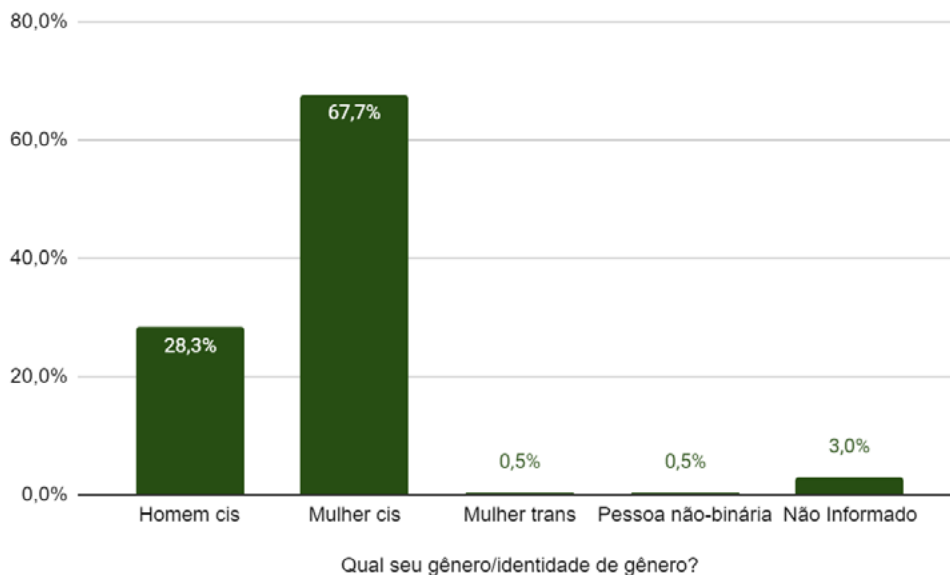


Entre os(as) defensores(as) que se declararam negras, 48 (80%) se enxergam como pardos(as), enquanto outros(as) 12 (20%) se veem como pretos(as).



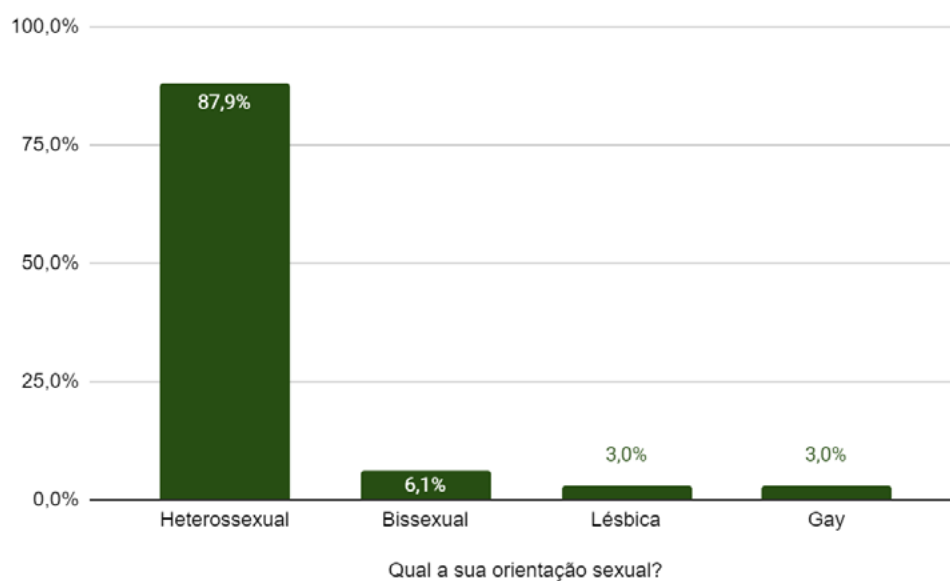
GÊNERO

No que tange à identidade de gênero, 56 defensores(as) (28,3%) se declararam homens cis; 134 (67,7%) defensoras se declararam mulheres cis, sendo este o maior grupo por gênero aqui representado; uma defensora (0,5%) se declarou mulher trans, e outra pessoa se declarou não-binária; seis defensores(as) não informaram seu gênero à pesquisa.



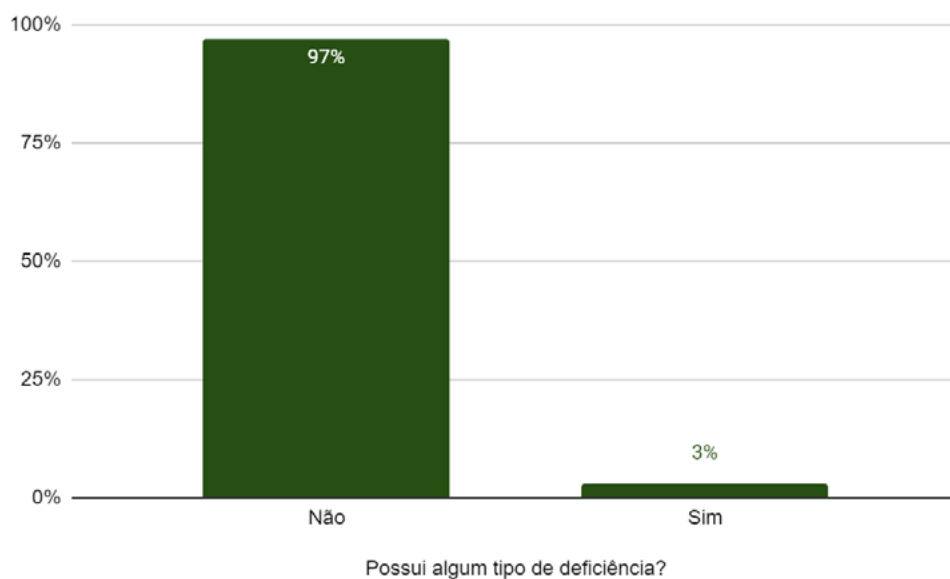
ORIENTAÇÃO SEXUAL

No tocante à orientação sexual, 174 defensores(as) (87,9%) se declaram heterossexuais, sendo este o maior grupo por orientação sexual aqui representado; 12 defensores(as) (6,1%) se declaram bissexuais; seis defensores(as) (3%) se declaram gays, e outras seis se declaram lésbicas.



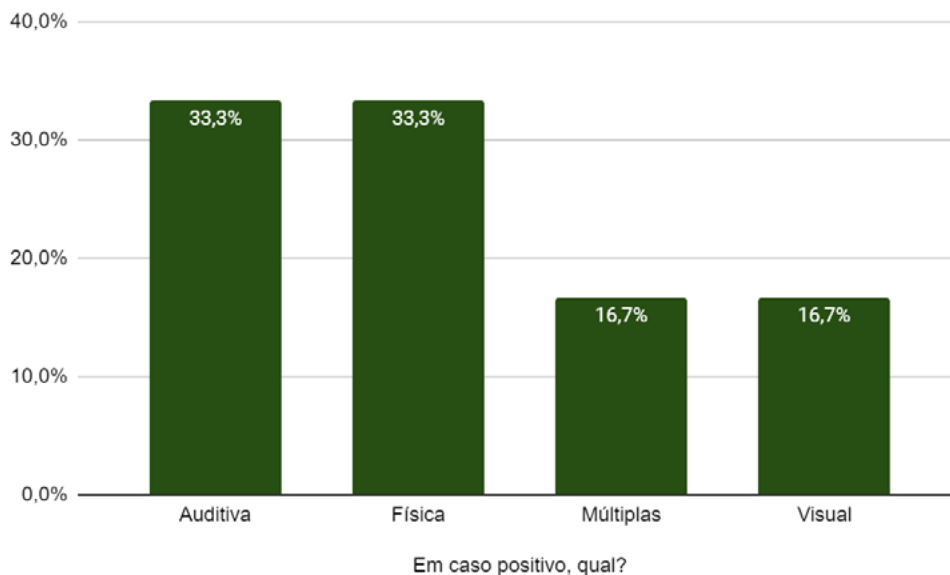
POSSUI DEFICIÊNCIA

No que toca à existência de deficiências, a esmagadora maioria dos(as) defensores(as) - 192, ou 97% do total - declara não possuir nenhuma deficiência. Apenas seis defensores(as), ou 3% do total, declaram possuir algum tipo de deficiência.



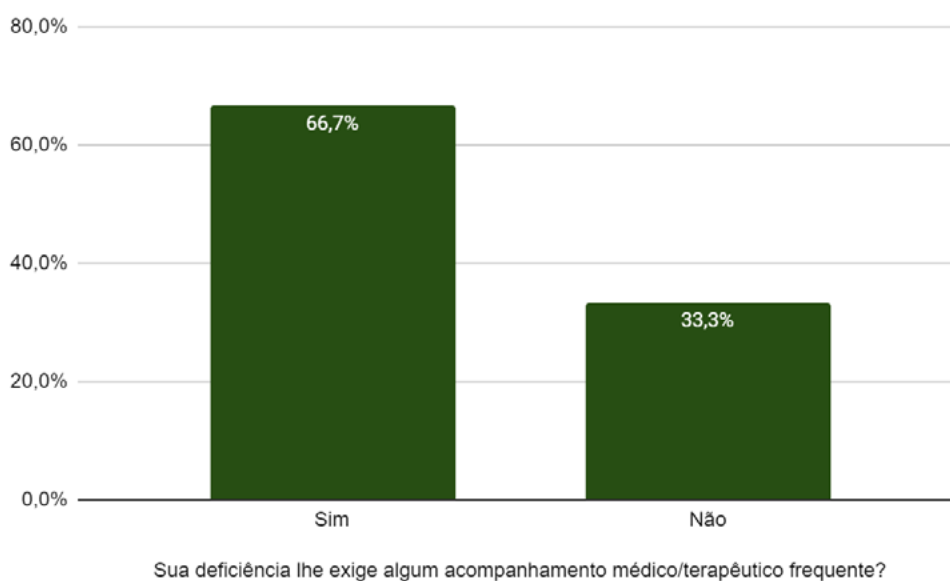
EM CASO POSITIVO, QUAL?

Entre os(as) defensores(as) que relataram possuir alguma deficiência, dois(duas) (33,3%) disseram ter deficiência auditiva; outros(as) dois(duas) disseram ter deficiência física; um(a) único(a) defensor(a) (16,7%) disse ter deficiência visual; e um(a) outro(a) disse ter múltiplas deficiências.



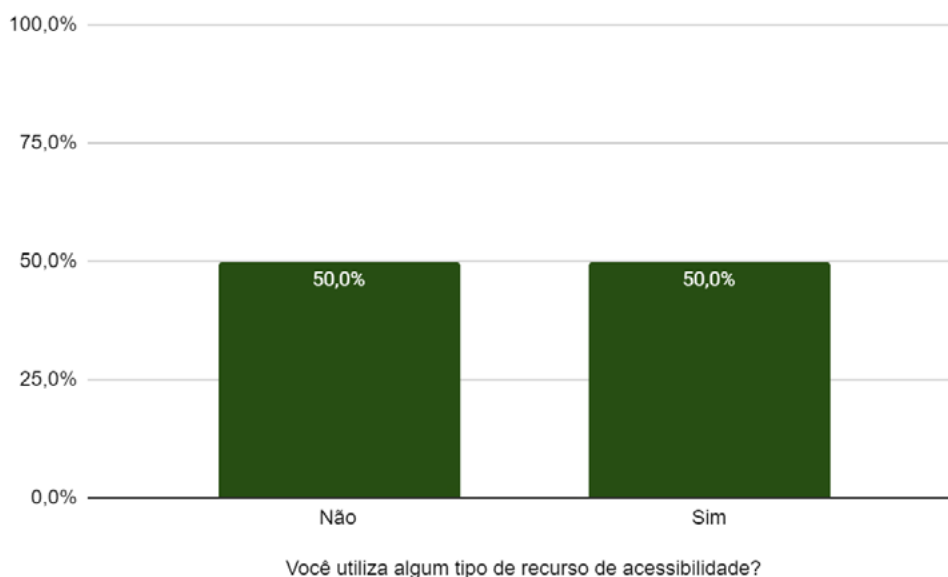
ACOMPANHAMENTO MÉDICO

Ainda entre os(as) defensores(as) que relataram possuir alguma deficiência, quatro deles(as) (66,6%) disseram que sua deficiência lhes exige algum acompanhamento médico/terapêutico frequente; dois(duas) (33,3%) disseram não precisar de tal acompanhamento.



ACESSIBILIDADE

Ainda entre os(as) defensores(as) que relataram possuir alguma deficiência, a metade - três deles(as), ou 50% do total - relataram fazer uso de algum tipo de recurso de acessibilidade; os(as) demais disseram que não o fazem.

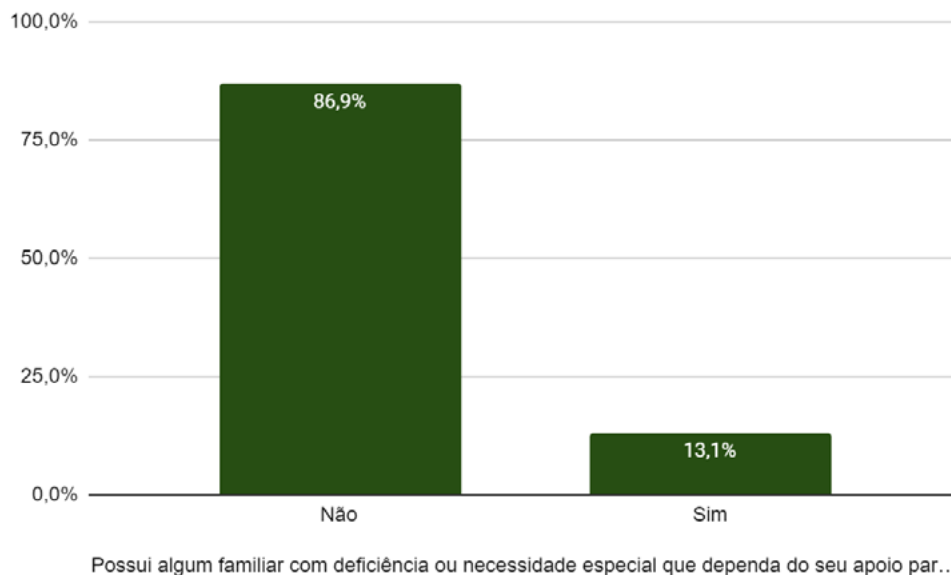


TIPOS DE RECURSO

Entre os(as) defensores(as) que relataram fazer uso de recursos de acessibilidade, um(a) (33,3%) disse usar aparelho auditivo; outro(a) disse usar recursos do celular e computador para a conexão com seu aparelho auditivo; e outro(a) disse usar computador para digitar em vez de escrever e dirige um veículo com itens que lhe permitem a condução sem utilização de força.

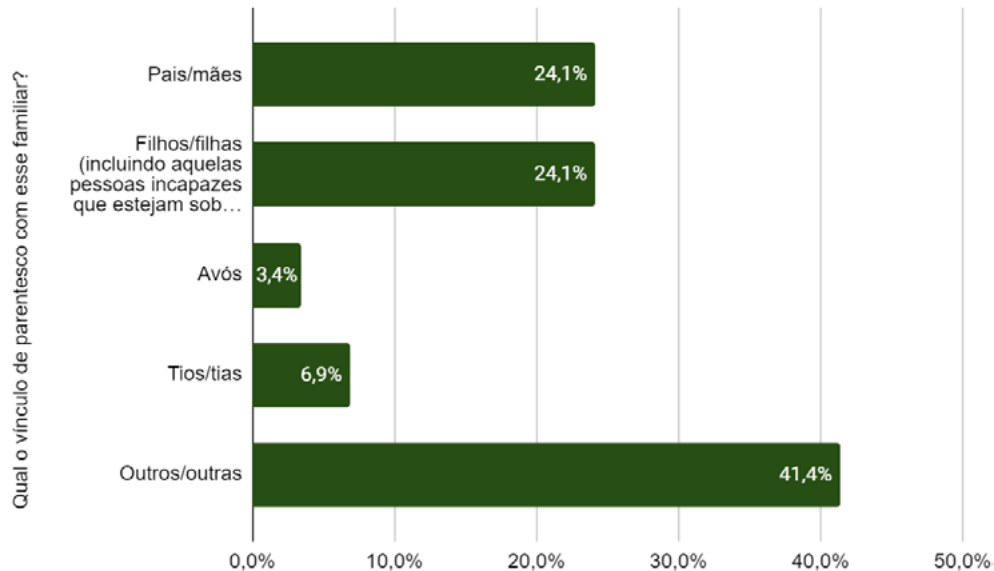
POSSUI ALGUM FAMILIAR COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADE ESPECIAL QUE DEPENDA DO SEU APOIO PARA TRATAMENTO?

172 defensores(as), ou 86,9% do total - isto é, a grande maioria -, relataram não possuir nenhum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa do seu apoio para tratamento; apenas 26 defensores(as), ou 13,1% do total, disseram ter algum parente com tal necessidade de apoio.



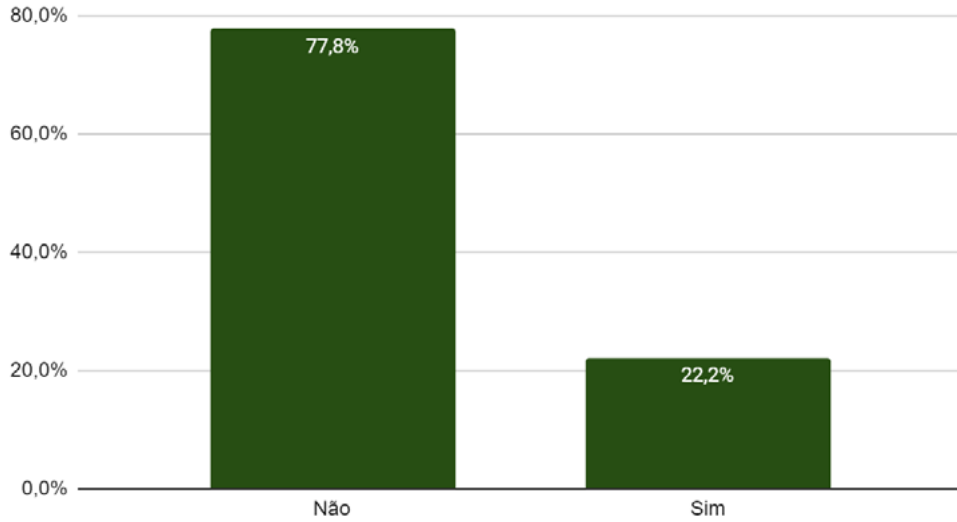
VÍNCULO DE PARENTESCO

Entre os(as) defensores(as) que relataram ter algum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa de apoio, sete defensores(as) - 24,1% do total - disseram que o parente em questão é seu pai ou mãe; outros(as) sete disseram que os parentes em questão são seus filhos; um(a) defensor(a) (3,4% do total) disse que se trata de um avô ou avó; dois(duas) defensores(as) (6,9%) disseram que se trata de um tio ou tia; e doze defensores(as) (41,4%) disseram se tratar de outros parentes



NA DEFENSORIA PÚBLICA, JÁ NECESSITOU UTILIZAR ALGUM RECURSO DE ACESSIBILIDADE QUE NÃO ESTAVA DISPONÍVEL?

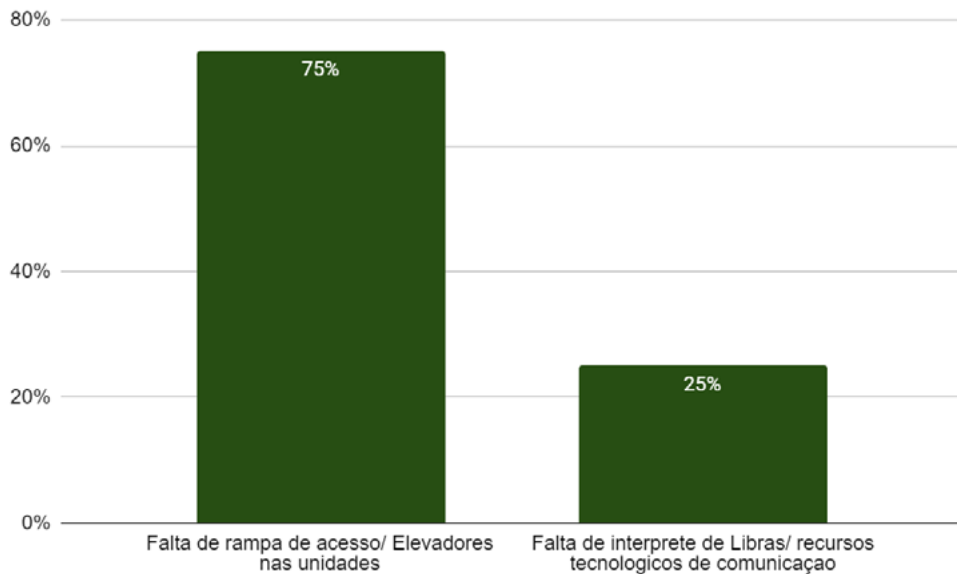
162 defensores(as) (81,8% do total) não possuem deficiências e, portanto, não precisam de recursos de acessibilidade; dentre os(as) que possuem deficiências, oito (4% do total) já precisaram de algum recurso de acessibilidade na Defensoria Pública, que não estava disponível; outros(as) 28 (14,1% do total) relataram não ter passado por tal situação.



Na Defensoria Pública já necessitou utilizar algum recurso de acessibilidade e não estava dispo...

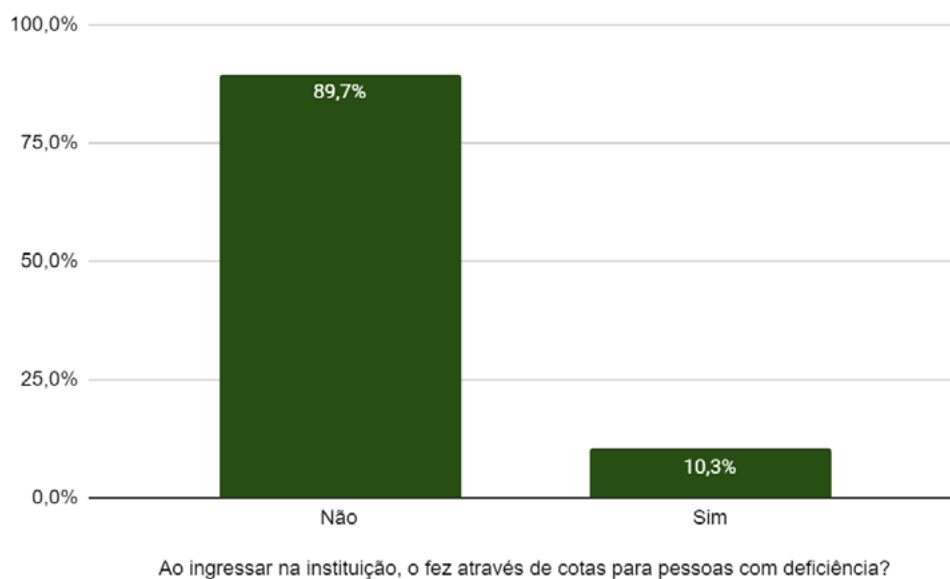
TIPO DE RECURSO FALTANTE

Entre as defensoras que relataram não ter contado com a presença na Defensoria Pública de algum recurso de acessibilidade que lhes era necessário, seis (75% do total) relataram a falta de rampa de acesso ou elevadores nas unidades; outros(as) dois(duas) (25%) relataram a falta de intérprete de libras ou de recursos tecnológicos de comunicação.



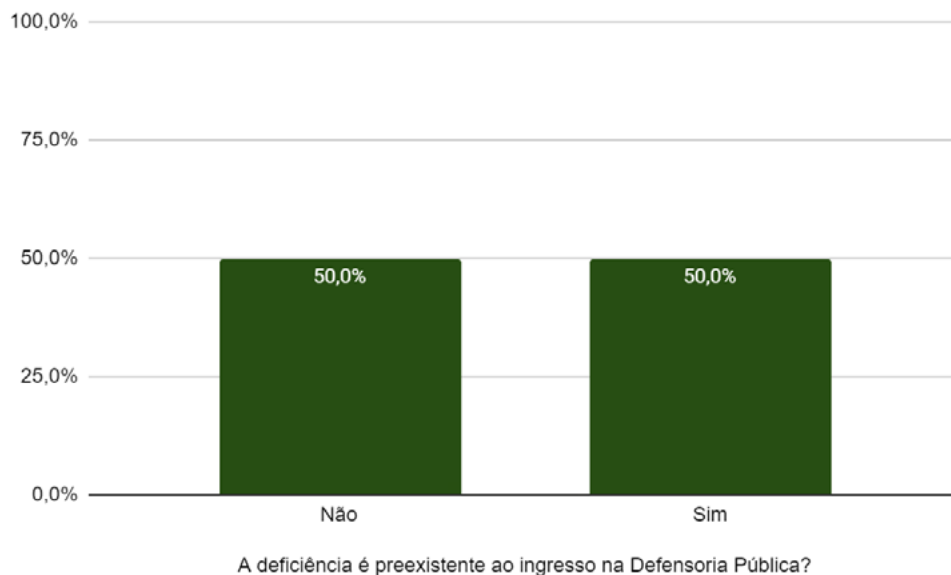
COTAS

No tocante ao sistema de cotas, 169 das defensoras (85,4% do total) relataram, neste quesito, que não possuem deficiências; dentre os 29 que, neste quesito, relataram possuir, 3 (1,5% do total) afirmam que ingressaram na instituição por meio das cotas para pessoas com deficiência; outros(as) 26 (13,1% do total), a seu turno, disseram não o ter feito.



A DEFICIÊNCIA É PREEXISTENTE?

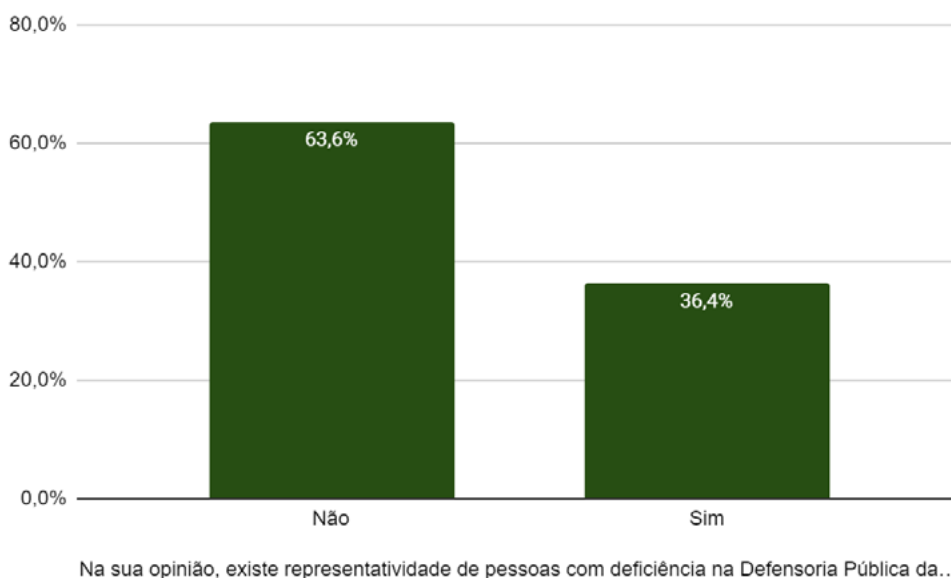
Neste quesito, entre os(as) oito defensores(as) que declararam que possuem deficiência, quatro (50%) relatam que a referida deficiência é preexistente ao seu ingresso na Defensoria Pública; outros(as) quatro dizem que sua deficiência é posterior ao ingresso.



NA SUA OPINIÃO, EXISTE REPRESENTATIVIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

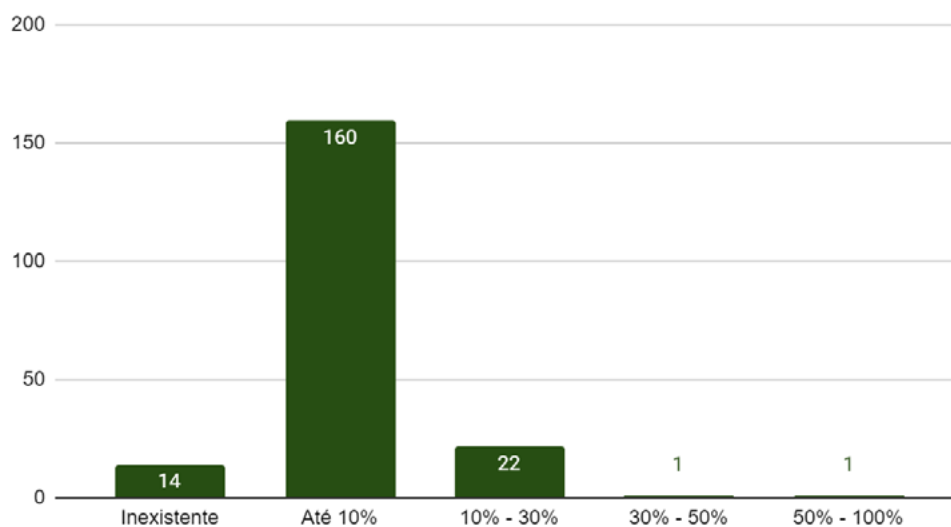
27

Para 126 defensore(as) (63,6%), existe representatividade de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia; já para 72 defensores(as) (36,4%), essa representatividade não existe.



COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

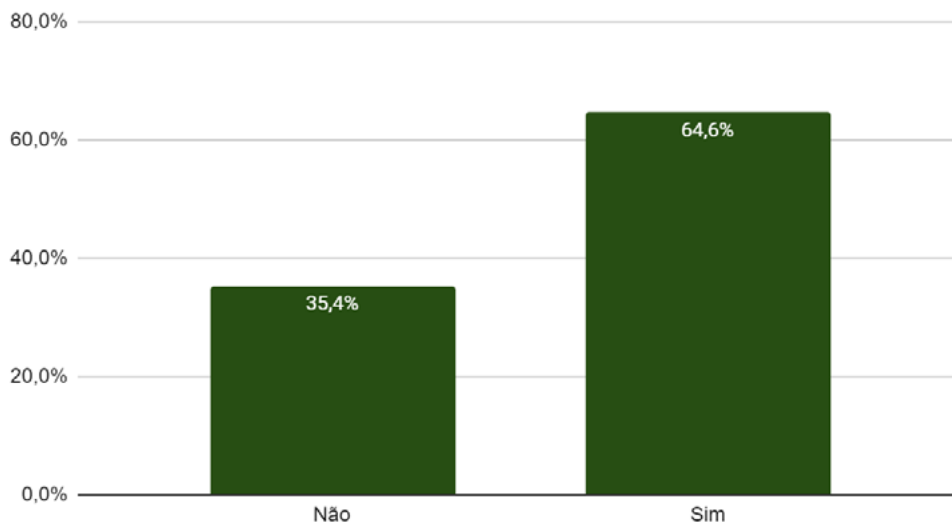
No que diz respeito à presença de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia, para 14 defensores(as) essa presença é inexistente; para 160 defensores(as), é de até 10%; para 22 defensores(as), a presença está entre 10% e 30%; para um(a) defensor(a) essa presença está entre 30% e 50%; e, por fim, para outro(a) defensor(a), a presença é de 50% a 100%.



Como você enxerga a presença de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia?

NA SUA OPINIÃO, VOCÊ ACHA QUE HÁ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

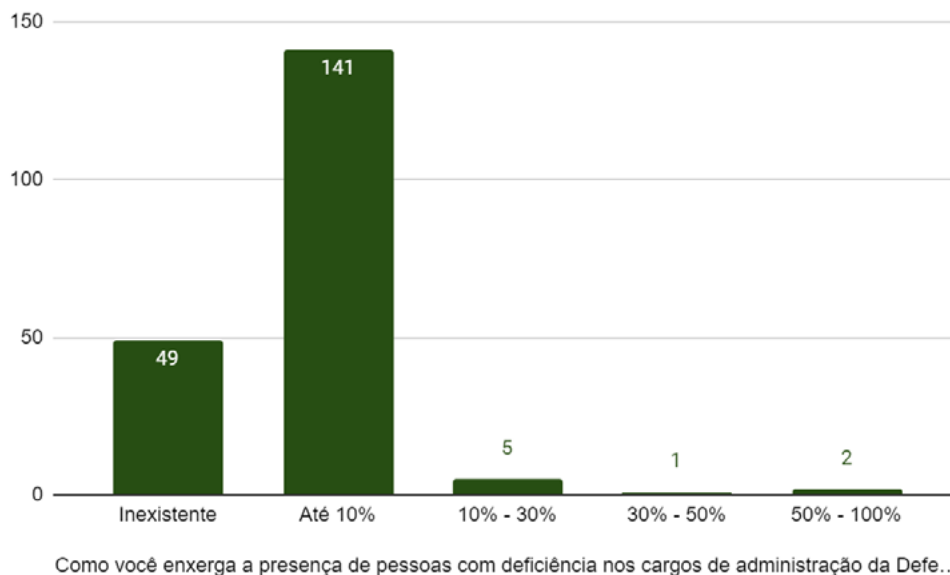
Para 128 defensores(as), ou 64,6% do total, há pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria Pública baiana; já para 70 defensores(as) (35,4%), não há.



Na sua opinião, você acha que há pessoas com deficiência nos cargos de administração da De...

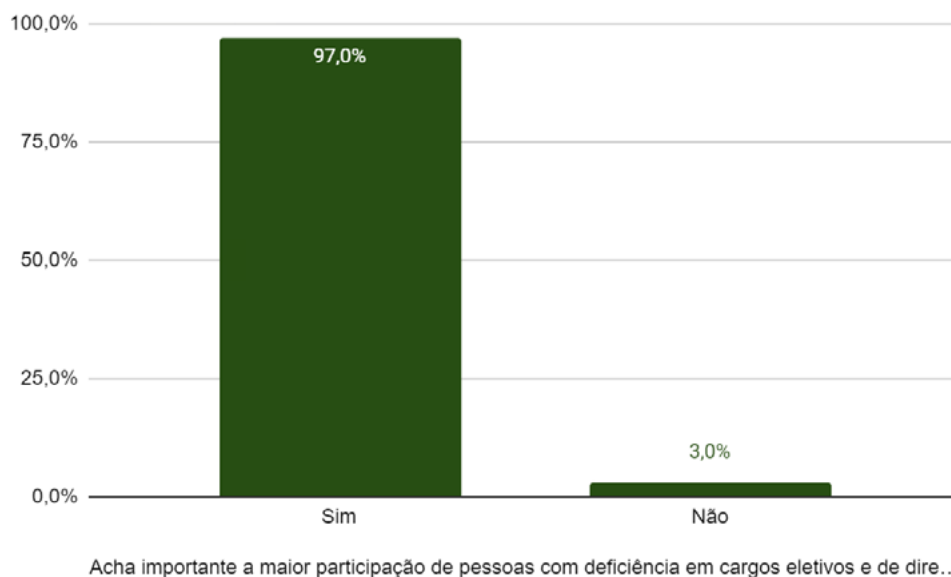
COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

No que diz respeito à presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria Pública da Bahia, para 49 defensores(as) essa presença é inexistente; para 141 defensores(as), é de até 10%; para 5 defensores(as), está entre 10% e 30%; para um(a) defensora está entre 30% e 50%; e para outros(as) dois(duas) defensores(as) está entre 50% e 100%.



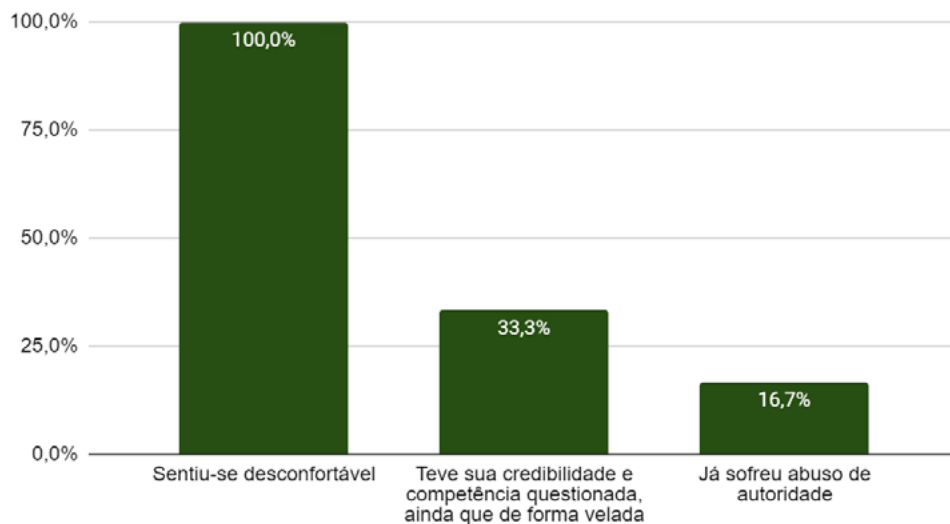
ACHA IMPORTANTE A MAIOR PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CARGOS ELETIVOS E DE DIREÇÃO NA DPE/BA?

192 defensores(as), ou 97% do total, isto é, a esmagadora maioria, considera importante a maior participação de pessoas com deficiência em cargos eletivos e de direção na DPE/BA; apenas seis defensores(as), ou 3% do total, não a consideram importante.



POR QUAIS DESSAS SITUAÇÕES VOCÊ JÁ PASSOU NO EXERCÍCIO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

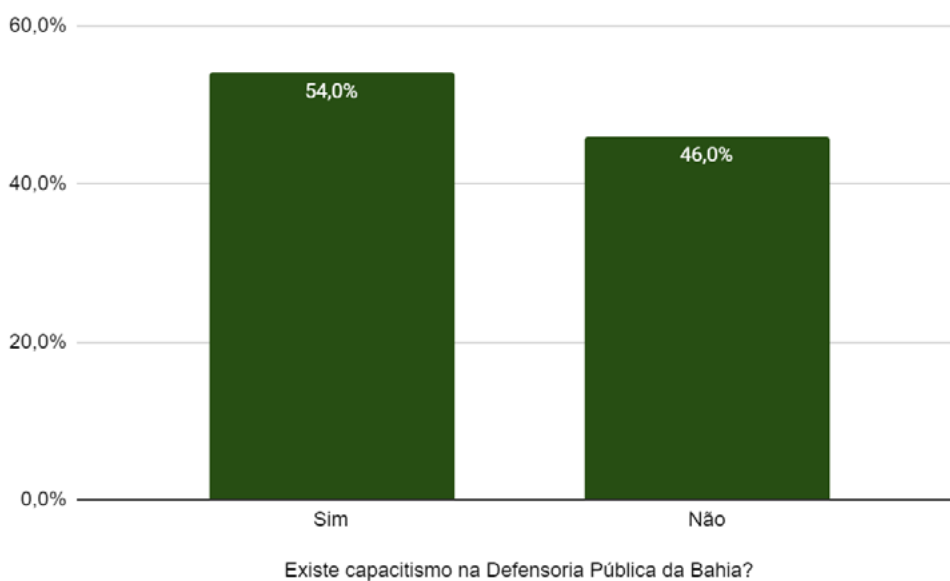
No tocante a situações adversas no ambiente de trabalho em razão da sua deficiência, seis defensores(as) disseram já ter se sentido desconfortáveis; entre elas, dois(duas) defensores(as) afirmam que tiveram sua credibilidade e competência questionadas, ainda que de forma velada; e um(a) defensor(a) relatou ter sofrido abuso de autoridade.



Por quais dessas situações você já passou no exercício da atuação profissional, em razão da...

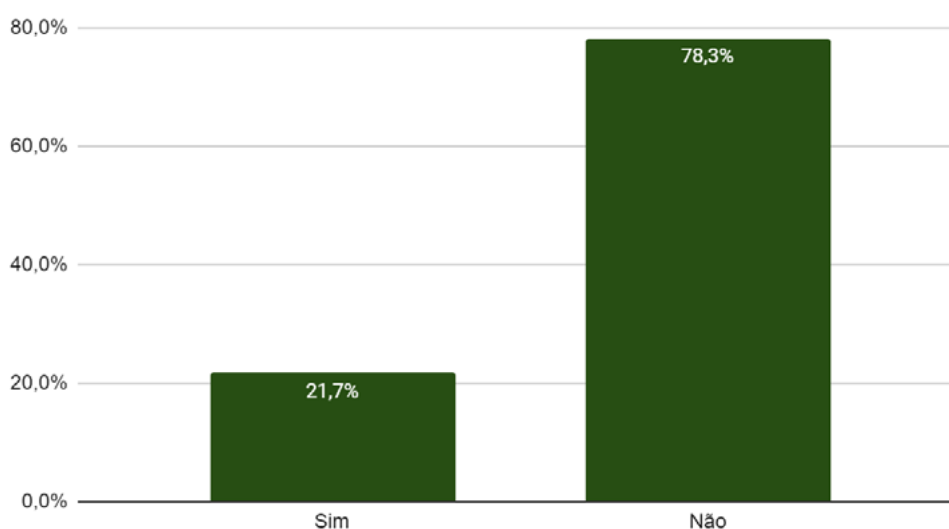
EXISTE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

A existência de capacitismo na Defensoria Pública da Bahia é confirmada por uma discreta maioria de 107 defensores(as) - 54% do total - e negada por 91 defensores(as) - 46% do total.



VOCÊ JÁ PRESENCIOU CENAS DE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA (INCLUSIVE EM RODAS DE CONVERSA E CONFRATERNIZAÇÕES REALIZADAS)?

A grande maioria dos defensores(as) - 155 delas, ou 78,3% do total - nega já ter presenciado cenas de capacitismo na Defensoria Pública da Bahia, inclusive em rodas de conversa e confraternizações. Tais cenas, no entanto, teriam sido presenciadas por 43 defensores(as), ou 21,7% do total.



Você já presenciou cenas de capacitismo na Defensoria Pública da Bahia (inclusive em rodas d...

SE VOCÊ RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR, QUEM FORAM AS PESSOAS ENVOLVIDAS?

Segundo as pessoas que responderam de maneira afirmativa à pergunta anterior, as maiores quantidades de cenas de capacitismo na instituição foram observados como tendo partido de defensor(a) contra servidor(a) (28, ou 65,1% do total) ou defensor(a) contra defensor(a) (26, ou 60,5% do total). Outras categorias incluem: defensor(a) contra estagiário(a) (dez, ou 23,3% do total); servidor(a) contra defensor(a) (cinco, ou 11,6% do total); servidor(a) contra servidor(a) (cinco, ou 11,6% do total); servidor(a) contra estagiário(a) (cinco, ou 11,6% do total); estagiário(a) contra defensor(a) (duas, ou 4,7% do total); estagiário(a) contra servidor(a) (2, ou 4,7% do total); estagiário(a) contra estagiário(a) (três, ou 7,0% do total); usuário(a) do sistema contra defensor(a) (quatro, ou 9,3% do total); usuário(a) do sistema contra servidor(a) (cinco, ou 11,6% do total); usuário(a) do sistema contra estagiário(a) (2,

ou 4,7% do total); e usuário(a) do sistema contra usuário(a) do sistema (11, ou 25,6% do total).

Se você respondeu sim à pergunta anterior, quem foram as pessoas envolvidas?		
Defensora contra defensora	60,5%	26
Defensora contra servidora	65,1%	28
Defensora contra estagiária	23,3%	10
Servidora contra defensora	11,6%	5
Servidora contra servidora	11,6%	5
Servidora contra estagiária	11,6%	5
Estagiária contra defensora	4,7%	2
Estagiária contra servidora	4,7%	2
Estagiária contra estagiária	7,0%	3
Usuária do Sistema contra defensora	9,3%	4
Usuária do sistema contra servidora	11,6%	5
Usuária do sistema contra estagiária	4,7%	2
Usuária do Sistema contra usuária do sistema	25,6%	11

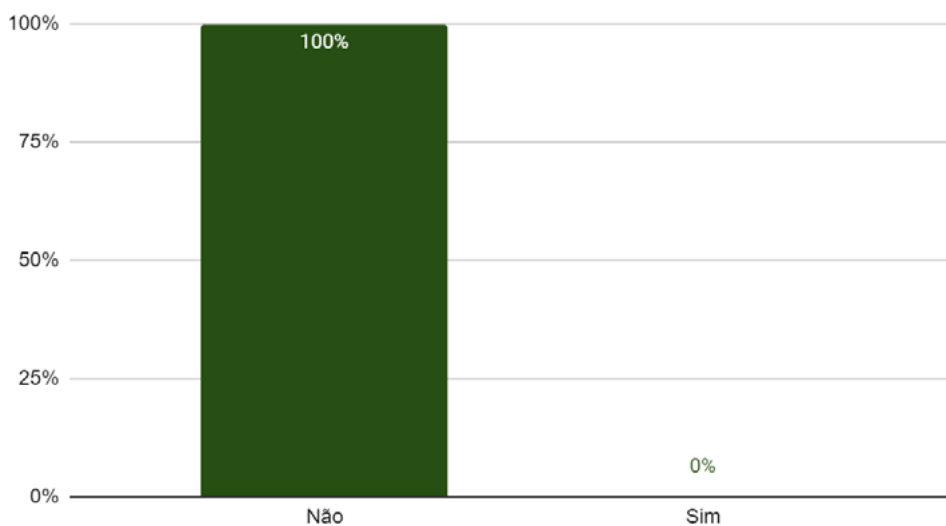
EM QUAIS CONTEXTOS TAIS ATOS OCORRERAM?

Ainda segundo as pessoas que responderam às duas perguntas anteriores, a maior parte das cenas de capacitismo se deram em rodas corriqueiras de conversa (19 respostas, ou 44,2% do total) ou atendimentos ordinários na sede da Defensoria Pública (18 respostas, ou 41,9% do total). Outras categorias incluem: festas institucionais (três respostas, ou 7,0% do total); tratamento de defensores(as) com servidores(as) (uma resposta, ou 2,3% do total); e a falta de estrutura para receber defensores(as) que necessitam de acessibilidade (uma resposta, ou 2,3% do total).

Em quais contextos tais atos ocorreram?		
Em atendimentos ordinários realizados na sede da Defensoria Pública	41,9%	18
Em festas institucionais	7,0%	3
Em rodas de conversa corriqueiras	44,2%	19
No tratamento de Defensor com Servidor	2,3%	1
Falta de adequação estrutural para receber Defensoras que necessitam de acessibilidade.	2,3%	1

JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO INSTITUCIONAL EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA?

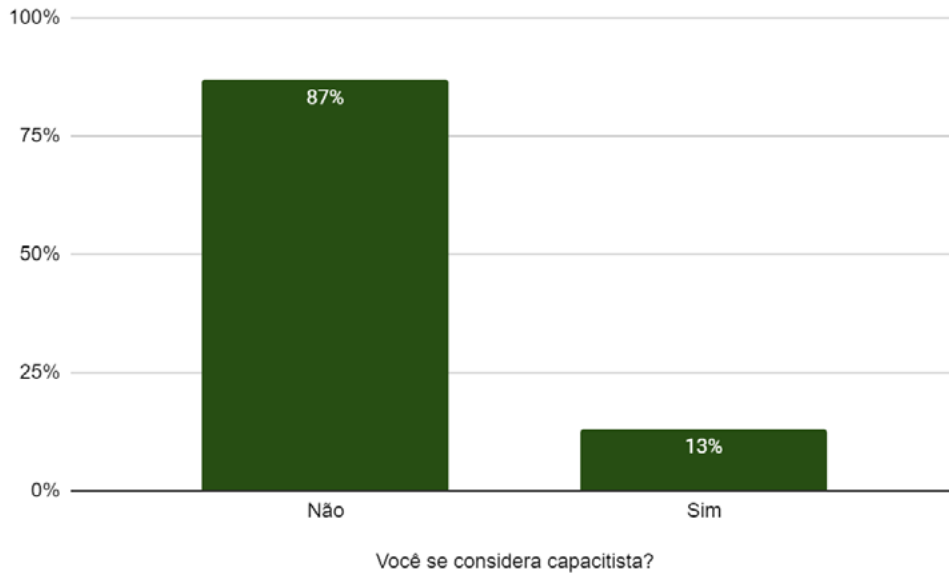
Nenhuma das defensoras entrevistadas disse já ter sofrido algum tipo de violência ou discriminação no âmbito institucional em razão da deficiência.



Já sofreu algum tipo de violência ou discriminação no âmbito institucional em razão da deficiênci...

VOCÊ SE CONSIDERA CAPACITISTA?

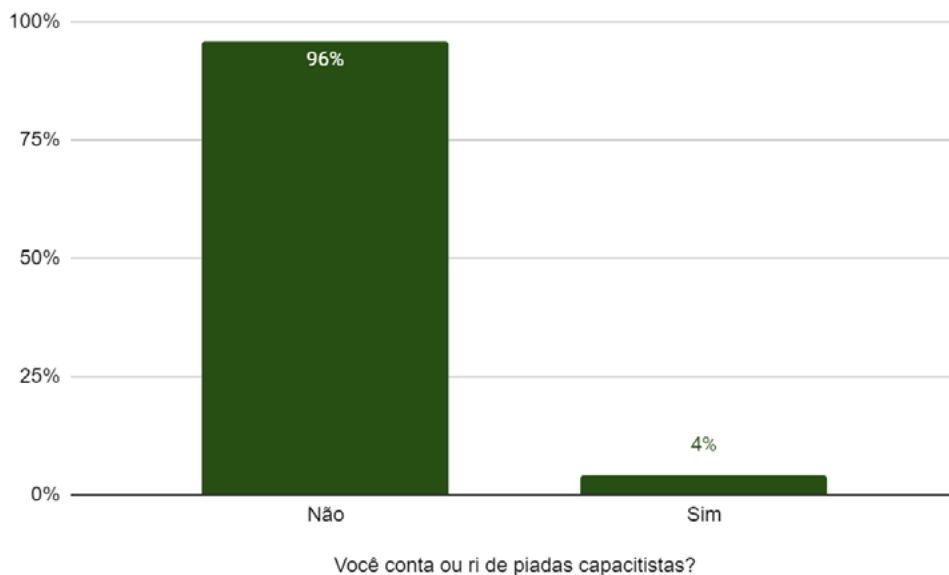
A grande maioria dos(as) defensores(as) entrevistados(as) - 172, ou 87% do total - não se considera capacitista. Por outro lado, 26 defensores(as) - 13% do total - se consideram capacitistas.



VOCÊ CONTA OU RI DE PIADAS CAPACITISTAS?

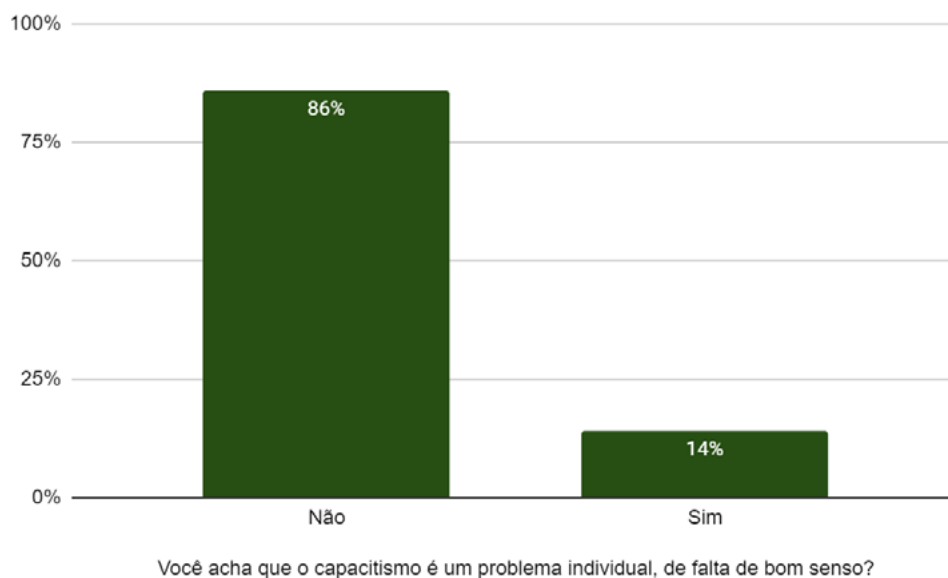
36

A enorme maioria dos(as) defensores(as) entrevistados(as) - 190 delas, ou 96% do total - diz não contar piadas capacitistas e nem rir delas. Apenas oito defensores(as) - 4% do total - dizem contar e rir desse tipo de piada.



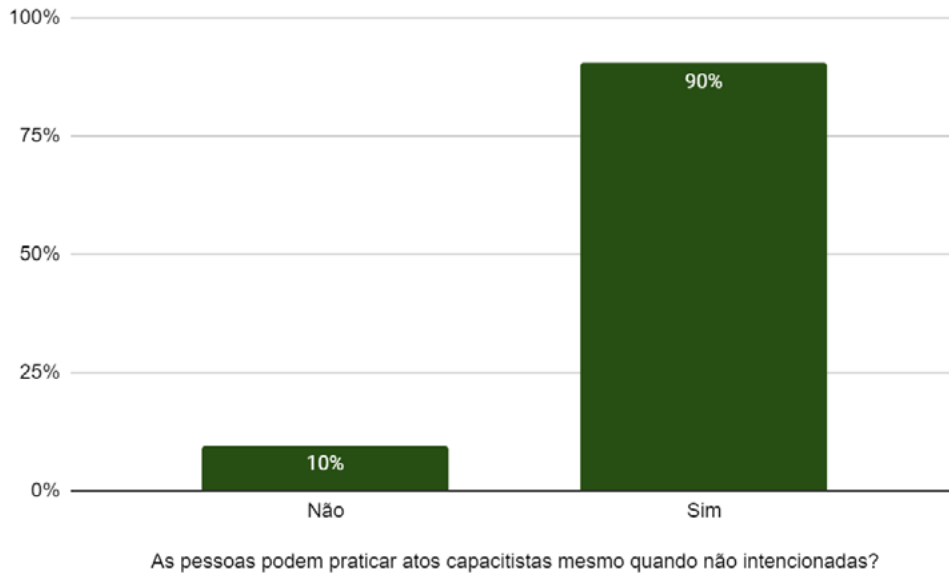
VOCÊ ACHA QUE O CAPACITISMO É UM PROBLEMA INDIVIDUAL, DE FALTA DE BOM SENSO?

A grande maioria dos defensores(as) entrevistados(as) - 170, ou 86% do total - nega ser o capacitismo um problema individual, de falta de bom senso. Apenas 28 defensores(as) - 14% do total - dizem concordar com essa ideia.



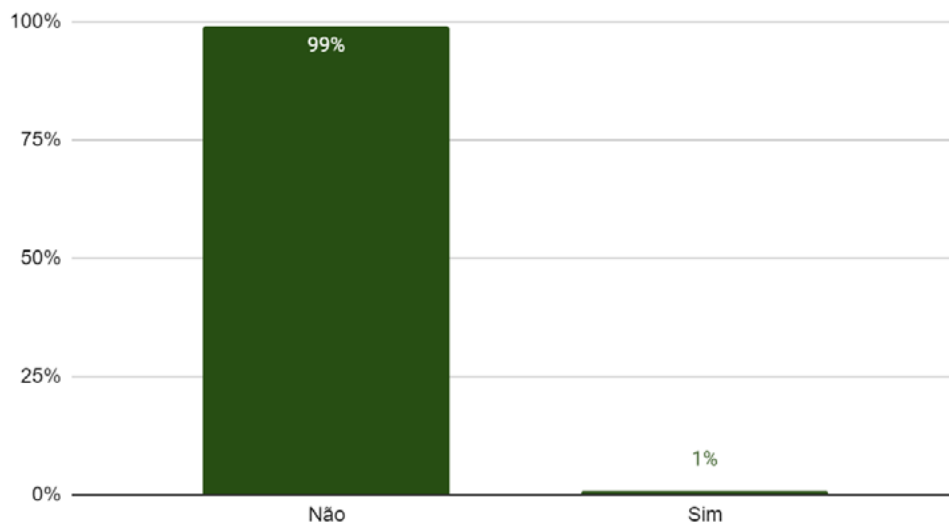
AS PESSOAS PODEM PRATICAR ATOS CAPACITISTAS MESMO QUANDO NÃO INTENCIONADAS?

A maioria dos(as) defensores(as) entrevistados(as) - 179, ou 90% do total - crê que as pessoas podem praticar atos capacitistas mesmo quando não intencionadas. Apenas 19 defensores(as) - 10% do total - descartam essa possibilidade.



NA SUA OPINIÃO, O MUNDO ESTÁ CHATO E EXAGERADO AO FALAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS?

Para a quase unanimidade dos(as) defensores(as) entrevistados(as) - 196 ou 99% do total -, o mundo não está chato e exagerado ao falar de pessoas com deficiência e seus direitos. Apenas dois(duas) defensores(as) - ou 1% do total - dizem concordar com tal hipótese.



Na sua opinião, o mundo está chato e exagerado ao falar de pessoas com deficiência e seus dir...

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DAS PESSOAS ASSISTIDAS?

39

Dos(as) defensores(as) que têm algum tipo de deficiência, cinco - 83% do total - relatam já ter vivenciado alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas em razão dessa condição; apenas um(a) defensor(a) com deficiência (1% do total) relatou nunca ter passado por alguma experiência do tipo.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas?		
Não	83%	5
Sim	17%	1

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DE PESSOA INTEGRANTE DO SISTEMA DE JUSTIÇA?

Nenhum(a) defensor(a) com deficiência referiu já ter vivenciado, no exercício da profissão, alguma reação negativa por parte de algum(a) integrante do sistema de justiça.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de pessoa integrante do sistema de justiça?

Não	100%	6
Sim	0%	0

EM COMPARAÇÃO AOS SEUS COLEGAS QUE NÃO POSSUEM DEFICIÊNCIAS, VOCÊ PERCEBE MAIS DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

Três defensores(as), ou 50% do total, relataram que percebem mais dificuldades no exercício da profissão em comparação a colegas que não possuem deficiências; outros(as) três defensores(as) disseram não ter essa sensação.

Em comparação aos seus colegas que não possuem deficiências, você percebe mais dificuldades no exercício da profissão?

Não	50%	3
Sim	50%	3

40

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACHA QUE A SUA VIDA PESSOAL É MAIS AFETADA PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

Dois(duas) defensores(as) com deficiência, ou 33% do total, dizem acreditar que suas vidas pessoais são mais afetadas pelo exercício da profissão do que as vidas de colegas sem deficiência; outros(as) quatro defensores(as), ou 66% do total, dizem não ter essa sensação.

Você, pessoa com deficiência, acha que a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão?

Não	66%	4
Sim	33%	2

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ OCUPOU ALGUMA FUNÇÃO DE CONFIANÇA NA DEFENSORIA PÚBLICA?

A metade dos(as) defensores(as) com deficiência, isto é, três deles(as), já ocuparam alguma função de confiança na Defensoria Pública; outros(as) três ainda não o fizeram.

Você, pessoa com deficiência, já ocupou alguma função de confiança na Defensoria Pública?		
Não	50%	3
Sim	50%	3

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ SE CANDIDATOU A ALGUM CARGO ELETIVO NA DEFENSORIA PÚBLICA?

Cinco defensores(as) com deficiência, ou 83% do total, dizem já ter se candidatado a algum cargo eletivo na Defensoria Pública; apenas um(a) defensor(a) com deficiência, ou 17% do total, ainda não o fez.

Você, pessoa com deficiência, já se candidatou a algum cargo eletivo na Defensoria Pública?		
Não	83%	5
Sim	17%	1

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, TEVE VONTADE DE SE CANDIDATAR E DEIXOU DE FAZÊ-LO POR QUESTÕES PESSOAIS?

Dois (duas) defensores(as) com deficiência, ou 33% do total, já tiveram vontade de se candidatar e deixaram de fazê-lo por questões pessoais; outros(as) quatro, ou 67% do total, afirmaram ter deixado de se candidatar pelos mesmos motivos.

Você, pessoa com deficiência, teve vontade de se candidatar e deixou de fazê-lo por questões pessoais?		
Não	67%	4
Sim	33%	2

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, SUAS OPINIÕES OU PONTOS DE VISTA JÁ FORAM MINIMIZADOS OU RELATIVIZADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO?

Nenhum(a) defensor(a) com deficiência afirmou que teve suas opiniões ou pontos de vista minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho por conta de sua condição.

Por ser pessoa com deficiência, suas opiniões ou pontos de vista já foram minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho?		
Não	100%	6
Sim	0%	0

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ FOI VÍTIMA DE COMENTÁRIOS INAPROPRIADOS/ OFENSIVOS À SUA PESSOA, SUAS ATITUDES E VIDA PRIVADA NO AMBIENTE DE TRABALHO?

Nenhum(a) defensor(a) com deficiência afirmou ter sido vítima de comentários inapropriados ou ofensivos no ambiente de trabalho por conta de sua condição.

Por ser pessoa com deficiência, já foi vítima de comentários inapropriados/ofensivos à sua pessoa, suas atitudes e vida privada no ambiente de trabalho?		
Não	100%	6
Sim	0%	0

42

JÁ DEIXOU DE SER ESCOLHIDA PARA CARGO DE CHEFIA EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Nenhum(a) defensor(a) com deficiência diz já ter deixado de ser escolhido(a) para cargo de chefia por conta de sua condição.

Já deixou de ser escolhida para cargo de chefia em razão da sua deficiência?		
Não	100%	6
Sim	0%	0

NO AMBIENTE DE TRABALHO, UMA FALA/ RACIOCÍNIO/EXPOSIÇÃO SUA JÁ FOI INTERROMPIDA, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Um(a) defensor(a) com deficiência, ou 17% do total, disse que já teve uma fala/ raciocínio/exposição sua interrompida no ambiente de trabalho em razão de sua deficiência; outros(as) cinco defensores(as), ou 83% do total, dizem não ter passado por experiência similar.

No ambiente de trabalho, uma fala/raciocínio/exposição sua já foi interrompida, em razão da sua deficiência?		
Não	83%	5
Sim	17%	1

NO AMBIENTE DE TRABALHO, JÁ SE APROPRIARAM/ LEVARAM CRÉDITO POR UMA IDEIA SUA, E ISSO ACONTECEU EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

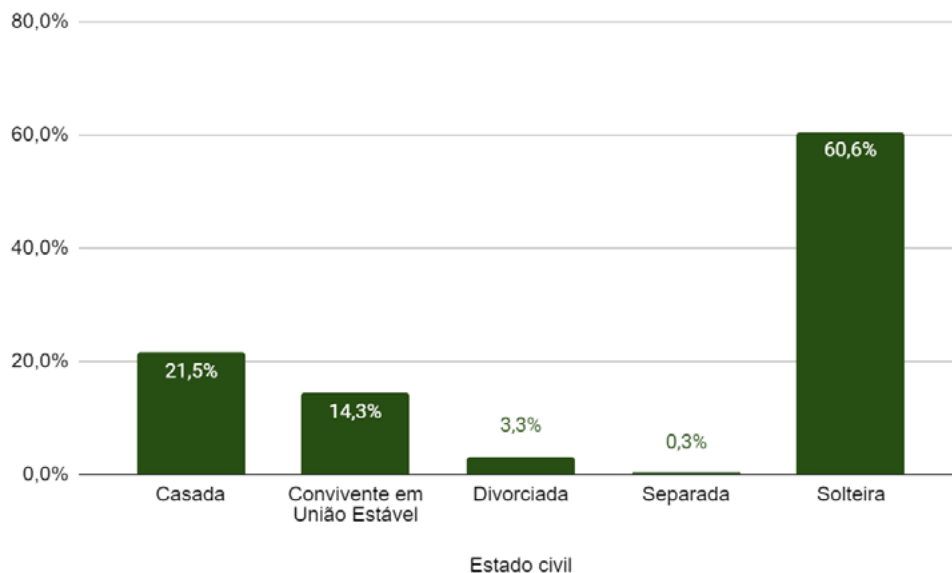
Nenhum(a) defensor(a) com deficiência disse que teve uma ideia ou crédito por uma ideia sua apropriada por outrem no ambiente de trabalho em razão de sua condição.

No ambiente de trabalho, já se apropriaram/levaram crédito por uma ideia sua, e isso aconteceu em razão da sua deficiência?		
Não	100%	6
Sim	0%	0

SERVIDORES(AS)

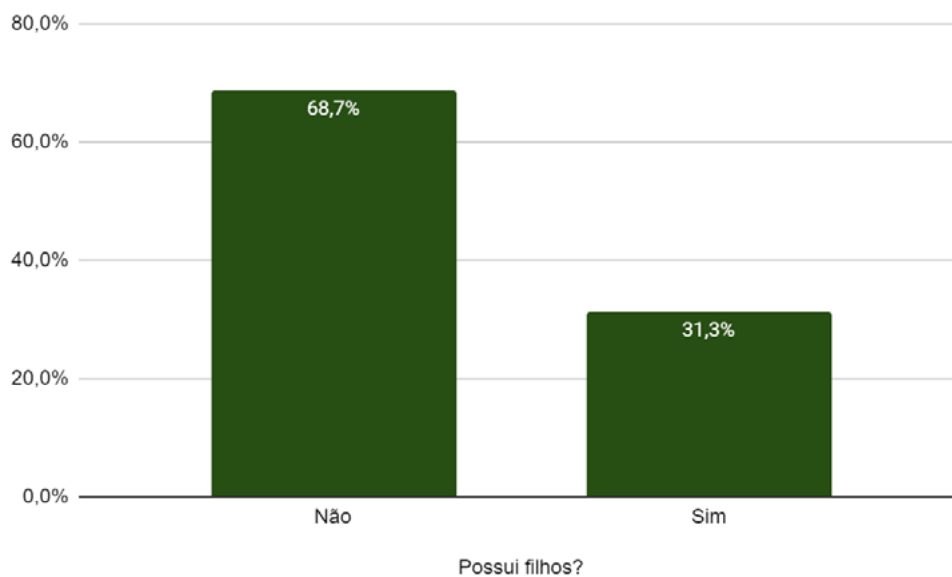
ESTADO CIVIL

Em relação ao estado civil dos(as) servidores(as) entrevistados(as), 186 afirmaram que estão solteiros(as). Por sua vez, 66 pessoas declararam-se casadas, 44 em união estável, e 10 divorciadas. Por fim, uma pessoa afirmou estar separada.



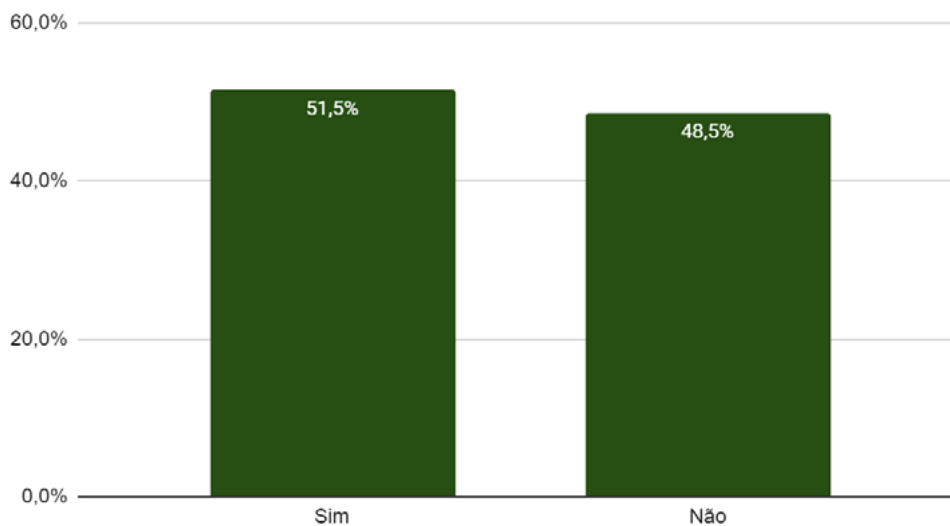
FILHOS

Quanto à prole, a maioria dos(as) 211 servidores(as) afirmou que não possuem filhos(as), enquanto 96 relataram os(as) ter.



CONTRIBUI ECONOMICAMENTE COM FAMILIARES

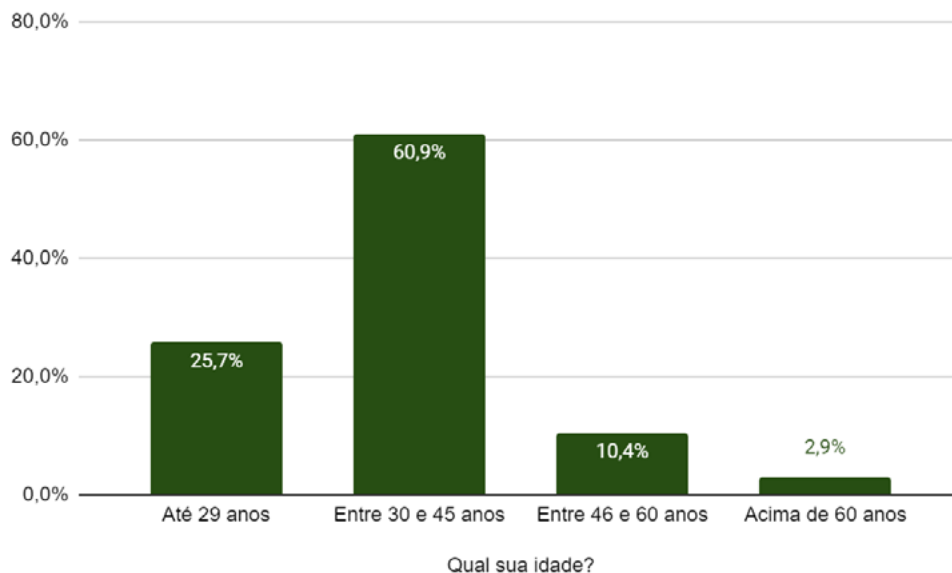
Questionados(as) acerca da relação econômica com familiares (se auxilia financeiramente algum membro próximo da família - pai, mãe, irmãos), 158 pessoas afirmaram contribuir economicamente em favor de algum membro, enquanto 149 pessoas relataram que não o fazem.



Você contribui economicamente com algum membro de sua família próxima (pai, mãe, irmãos)?

IDADE

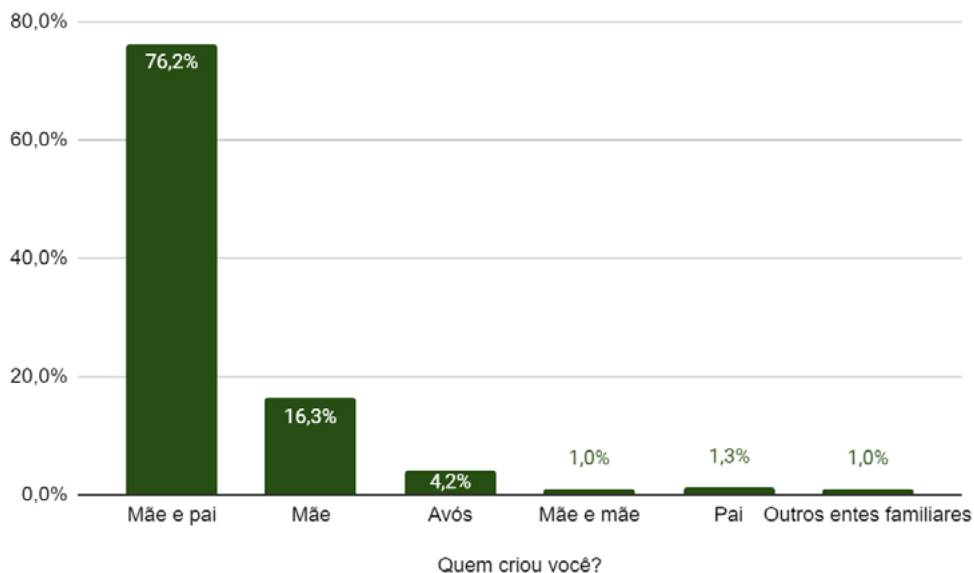
No que toca à faixa etária, uma maioria de 187 pessoas informou ter entre 30 e 45 anos de idade. Na faixa de até 29 anos, encontra-se um total de 79 pessoas. 32 servidores(as), por sua vez, têm entre 46 e 60 anos de idade, sendo nove o número de servidores(as) com mais de 60 anos.



QUEM CRIOU VOCÊ?

46

Perguntadas a respeito da criação no seio familiar, 234 pessoas apontaram como tutores pai e a mãe, enquanto 50 servidores(as) relataram criação exclusiva da mãe, 13 servidores(as) expuseram ter sido criados(as) pelos avós, e quatro servidores(as) relatam ter estado sob a tutela exclusiva do pai. Três servidores(as) informaram que estiveram sobre os cuidados de duas mães e três servidores(as) apontaram outros entes familiares como responsáveis por sua criação.



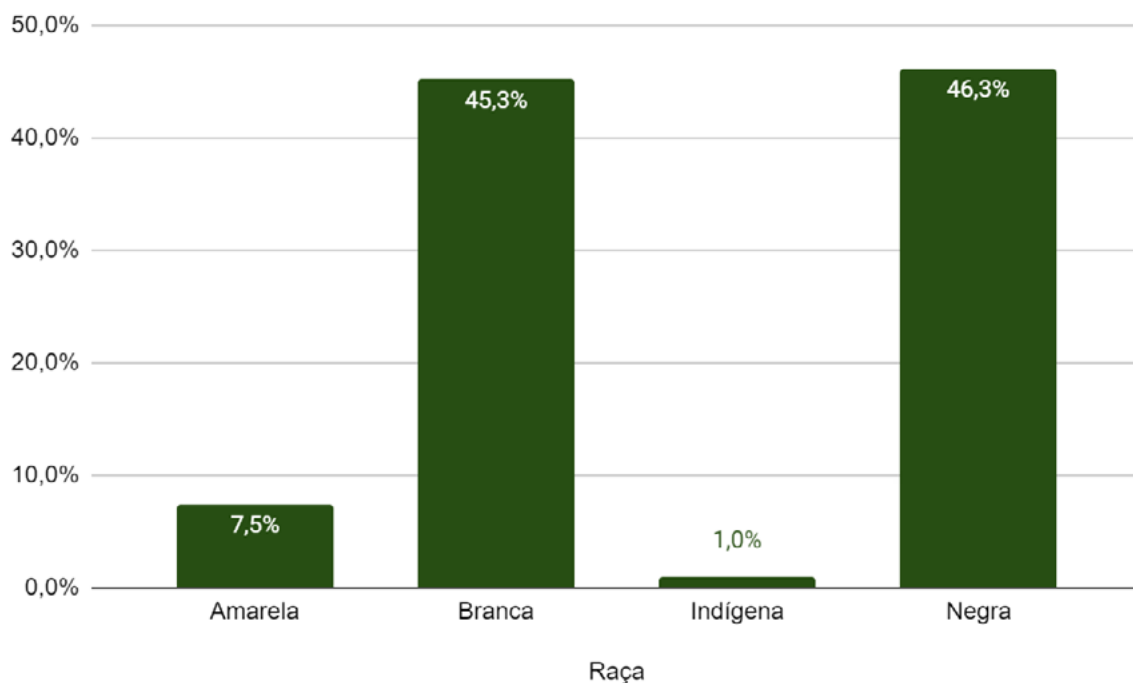
ESCOLARIDADE

Perguntados(as) sobre o grau de escolaridade, 136 servidores(as) afirmaram ter concluído ao menos uma especialização, enquanto 31 estavam com a especialização incompleta. 95 servidores(as) relataram que concluíram o ensino superior, enquanto 23 contavam com o ensino superior incompleto. Fora dessa faixa, nove servidores(as) concluíram o ensino médio, sete finalizaram um programa de mestrado e quatro estavam com mestrado incompleto. Uma servidora relatou ter terminado o programa de doutorado, e, no caso de outra servidora, restava um doutoramento incompleto.

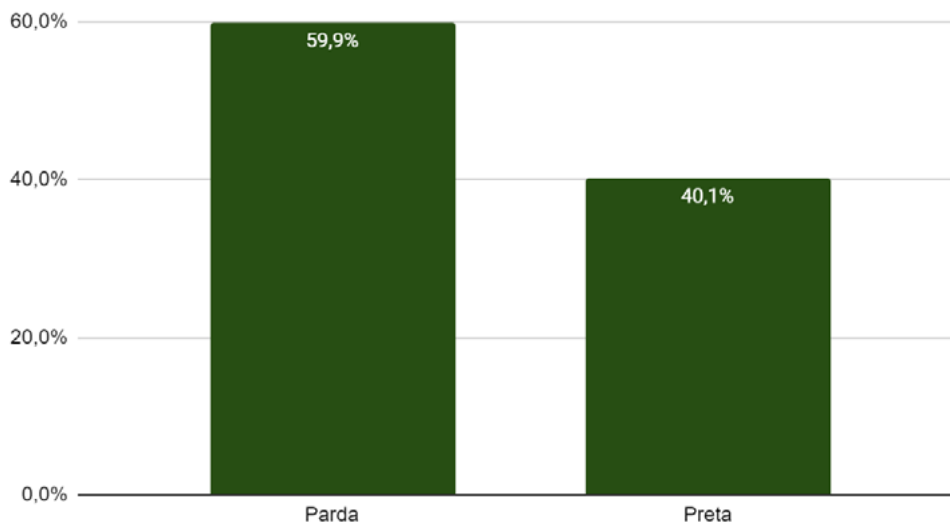
Qual seu grau de escolaridade?		
Ensino Médio completo	2,9%	9
Superior incompleto	7,5%	23
Superior completo	30,9%	95
Especialização incompleta	10,1%	31
Especialização completa	44,3%	136
Mestrado incompleto	1,3%	4
Mestrado completo	2,3%	7
Doutorado incompleto	0,3%	1
Doutorado completo	0,3%	1

RAÇA

Em relação à raça das pessoas entrevistadas nesta categoria, 142 servidores(as) identificaram-se como pessoas negras, ao passo em que 139 pessoas se entendiam racialmente como brancas. 23 respondentes se afirmaram integrantes da raça amarela. O número de servidores(as) que integram grupo étnico-racial indígena na Defensoria é de três.



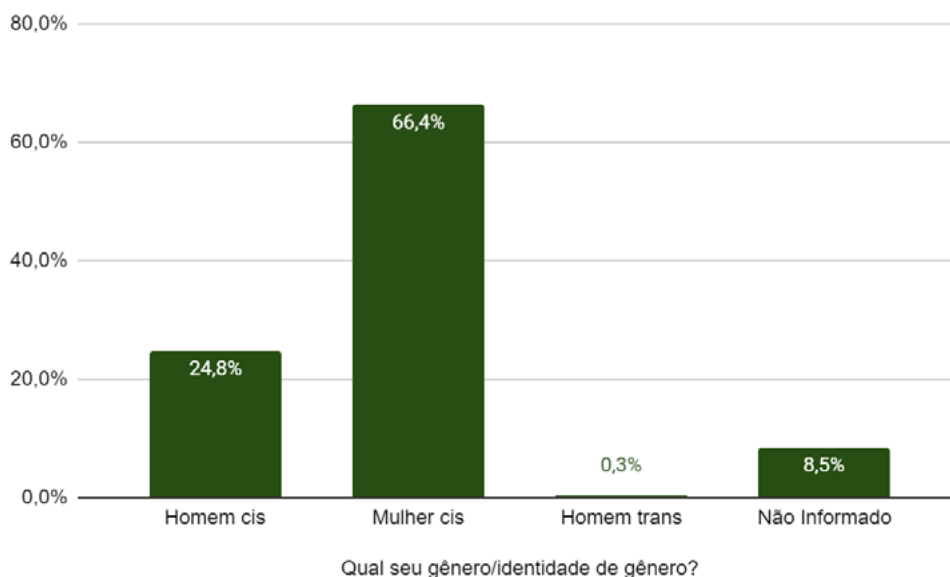
Em relação à identificação racial negra, ocorrida em 152 casos, segundo o critério do IBGE, 85 pessoas autoidentificaram-se dentro da categoria parda, enquanto 57 autoidentificaram-se pretos.



Caso tenha respondido que pertence à raça negra, como se identifica? (vincular à alternativa a...

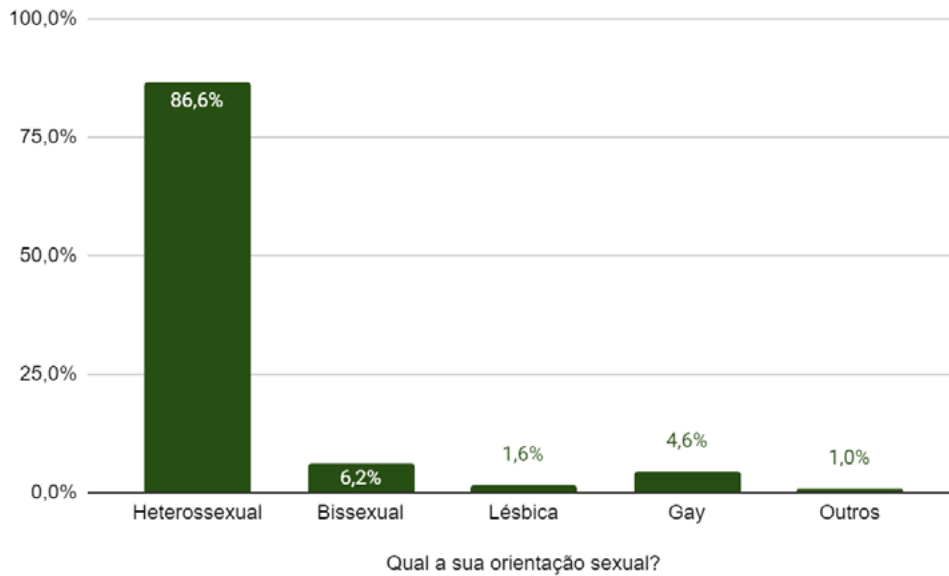
GÊNERO

Quanto ao gênero, 204 respondentes afirmaram-se mulheres cisgênero, 76 afirmaram-se homens cisgênero, um respondente afirmou-se um homem transgênero, e 26 respondentes não forneceram resposta ao quesito.



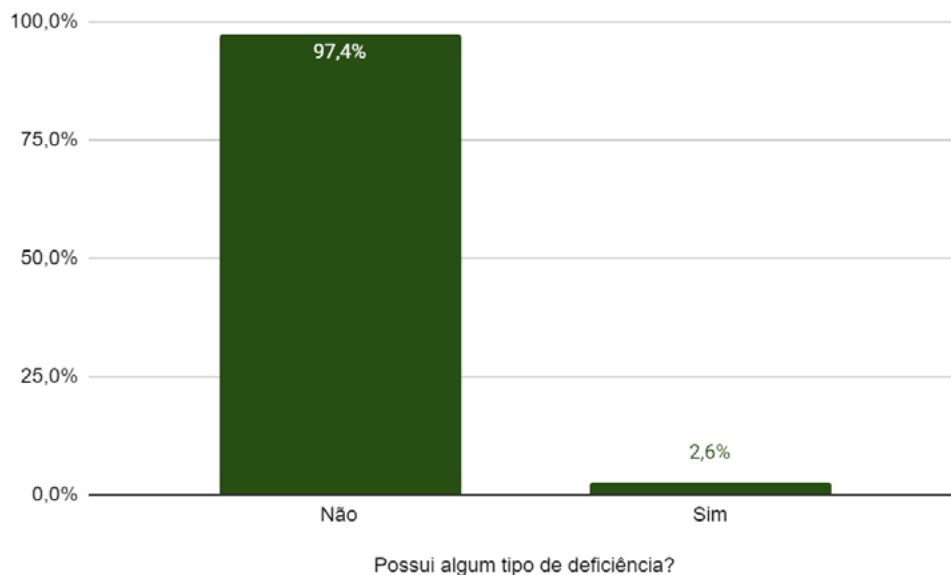
ORIENTAÇÃO SEXUAL

Tratando da orientação sexual dos(as) servidores(as), a maioria definiu-se como heterossexual (total de 266 pessoas). Noutro passo, 19 pessoas afirmaram-se bissexuais, 14 pessoas afirmaram-se gays e cinco pessoas afirmaram-se lésbicas. Três servidores(as) apontaram outra orientação sexual quando perguntadas.



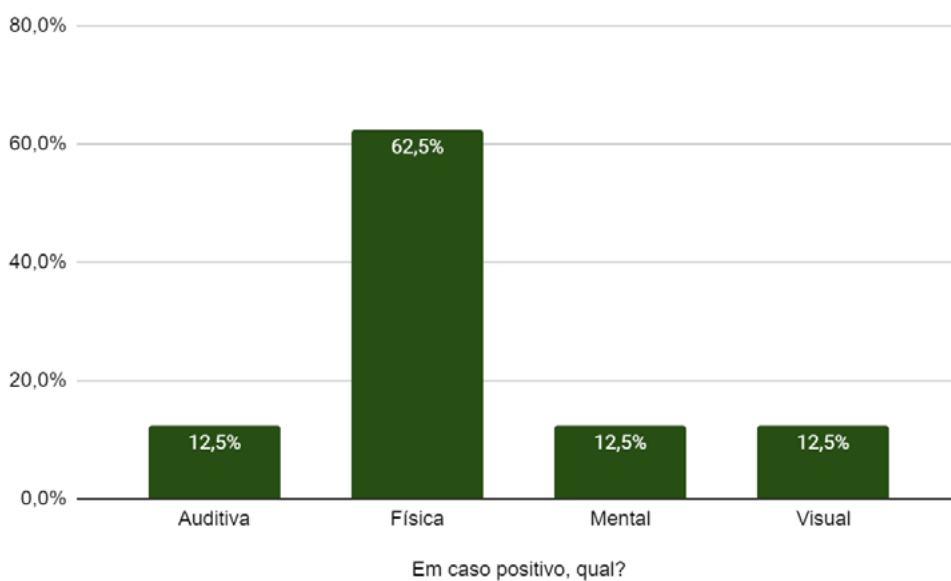
POSSUI DEFICIÊNCIA

Perguntadas sobre a existência de algum tipo de deficiência, oito servidores(as) apontaram que são PCDs, enquanto 299 pontuaram que não possuem deficiência.



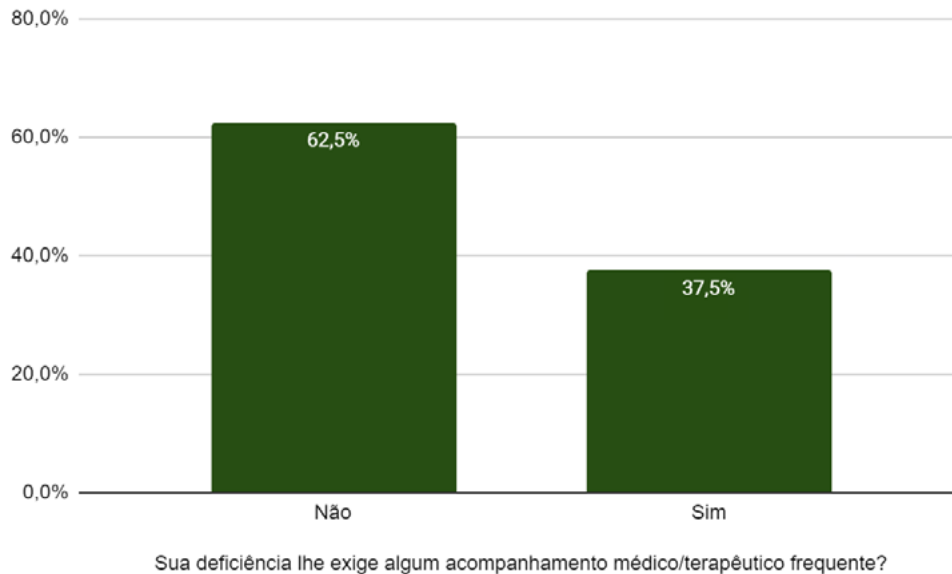
EM CASO POSITIVO, QUAL?

Dentre as PCDs, cinco servidores(as) afirmaram que possuem deficiência física, enquanto as demais pessoas apontaram outros tipos de deficiências. Apenas um(a) servidor(a) relatou deficiência auditiva, outro(a) servidor(a) relatou deficiência mental, e um(a) terceiro(a) servidor(a) relatou deficiência visual.



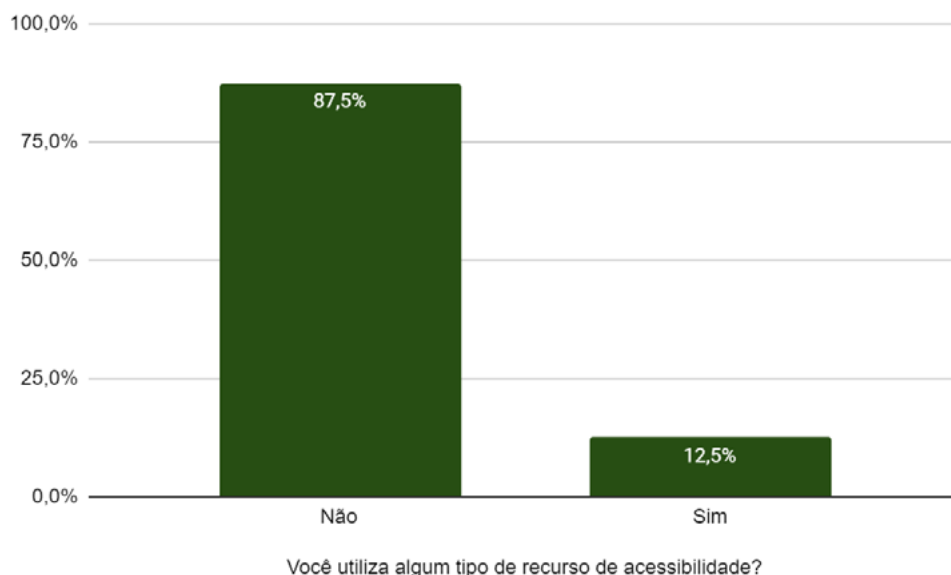
ACOMPANHAMENTO MÉDICO

Questionadas acerca da exigência de um acompanhamento médico/terapêutico constante em razão da respectiva deficiência, três servidores(as) afirmaram que sua deficiência exige algum acompanhamento frequente desse tipo, enquanto cinco servidores(as) relataram não haver tal necessidade.



ACESSIBILIDADE

No que toca à acessibilidade, sete servidores(as) afirmaram que não utilizam qualquer recurso específico nesse sentido, enquanto um(a) relatou que faz uso de algum tipo de recurso que lhe garanta condições de acessibilidade.

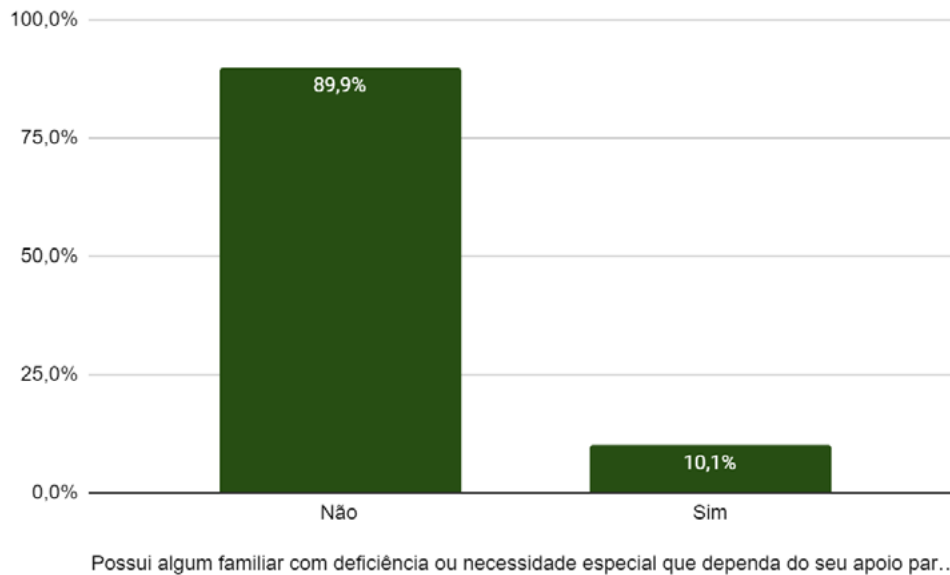


TIPOS DE RECURSO

Considerando que apenas um recurso específico de acessibilidade foi relatado, o(a) servidor(a) informou que utiliza aparelhos auditivos, equipamentos recomendados para o tratamento de deficiências auditivas diversas.

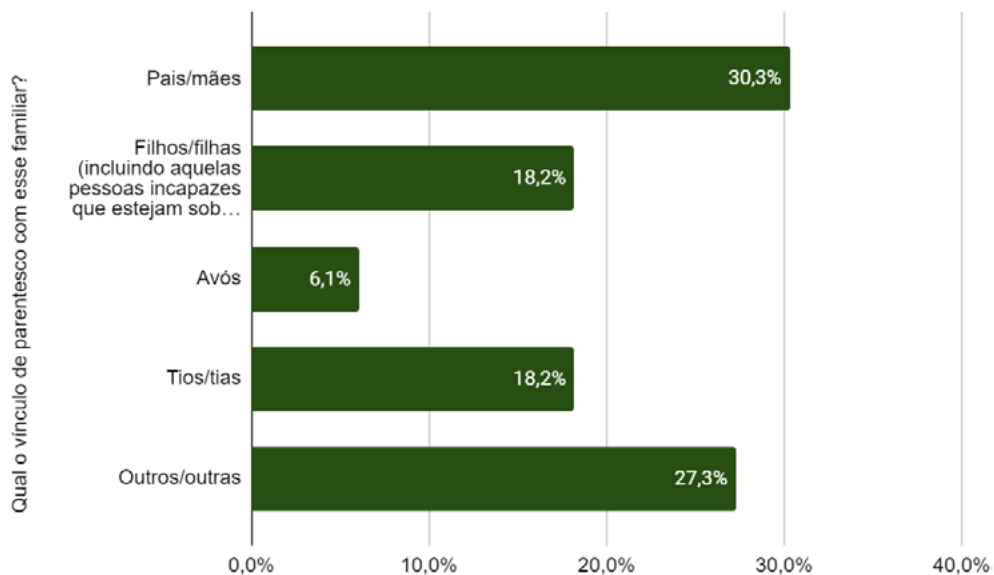
POSSUI ALGUM FAMILIAR COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADE ESPECIAL QUE DEPENDA DO SEU APOIO PARA TRATAMENTO

Questionados sobre a existência de membros familiares que eventualmente possuam necessidades especiais que dependam de apoio para tratamento, 31 servidoras responderam afirmativamente, enquanto 276 ofereceram resposta negativa ao quesito.



VÍNCULO DE PARENTESCO

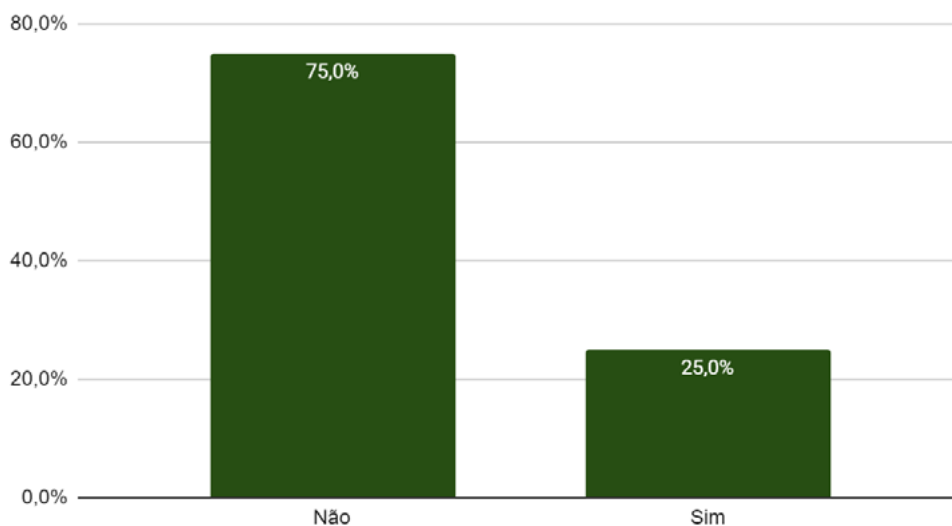
Quanto às 31 pessoas nesta categoria que responderam afirmativamente ao quesito anterior, dez servidoras afirmaram que o parente dependente de algum apoio em tratamentos seria seu pai ou mãe; seis pessoas informaram que este membro familiar seria uma filha ou um filho (inclusive aquelas pessoas incapazes que estejam sob sua guarda ou tutela); duas pessoas apontam a dependência quanto a um ou mais avós, e seis pessoas afirmam tratar-se de tias ou tios. Outras e outros parentes aparecem em nove casos.



NA DEFENSORIA PÚBLICA, JÁ NECESSITOU UTILIZAR ALGUM RECURSO DE ACESSIBILIDADE E O MESMO NÃO ESTAVA DISPONÍVEL?

55

No quesito recursos de acessibilidade, dois(duas) servidores(as) afirmaram que, ao tentar utilizá-lo, não estava disponível, enquanto seis afirmaram não ter tido esse problema.



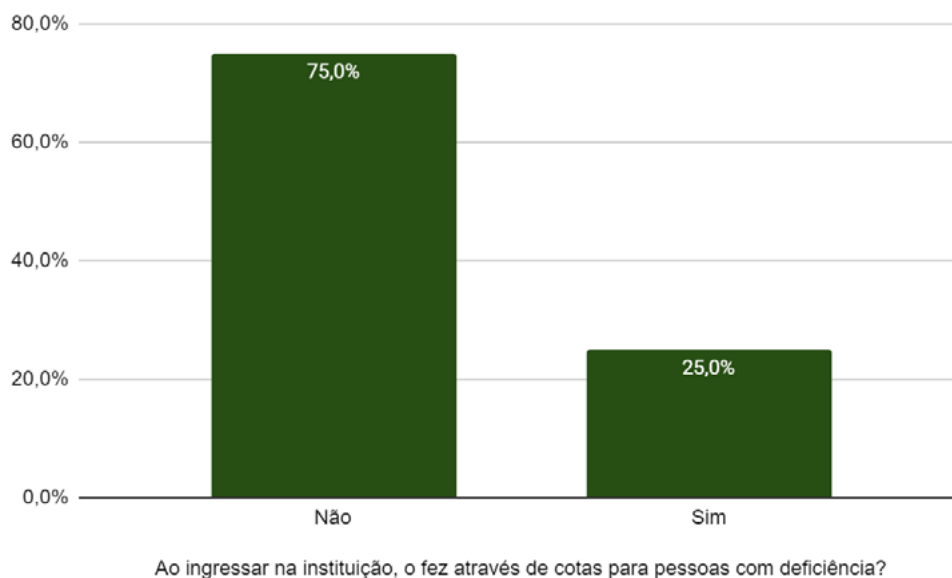
Na Defensoria Pública já necessitou utilizar algum recurso de acessibilidade e não estava dispo...

TIPO DE RECURSO FALTANTE

A falta de disponibilização e acesso devido às vagas destinadas para PCDs foi o único recurso faltante percebido pelas duas respondentes que afirmaram ter necessidade de utilizar algum serviço e este não estava disponível.

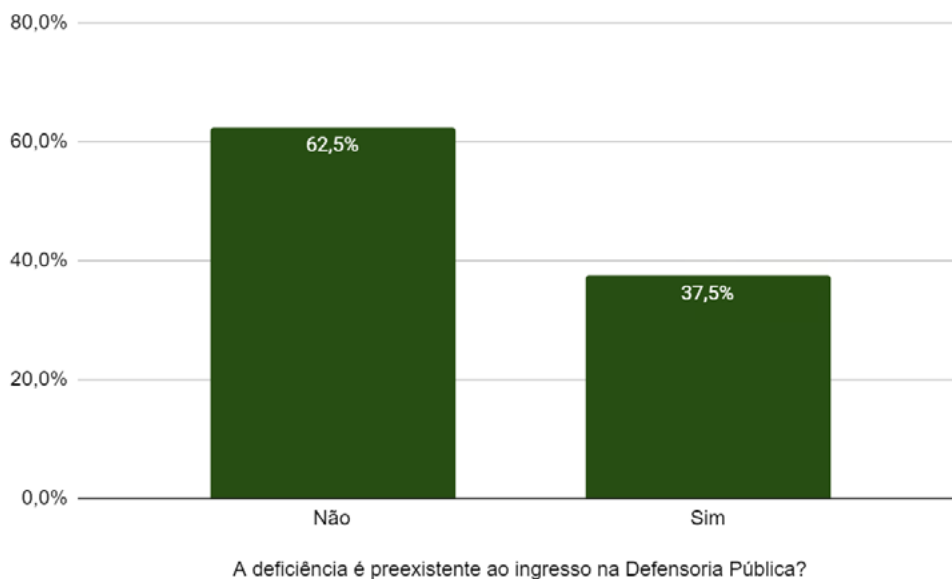
COTAS

Sobre o assunto cotas, seis respondentes afirmaram não ter utilizado esse sistema para ingressar na instituição, enquanto duas afirmaram tê-lo utilizado.



A DEFICIÊNCIA É PREEXISTENTE?

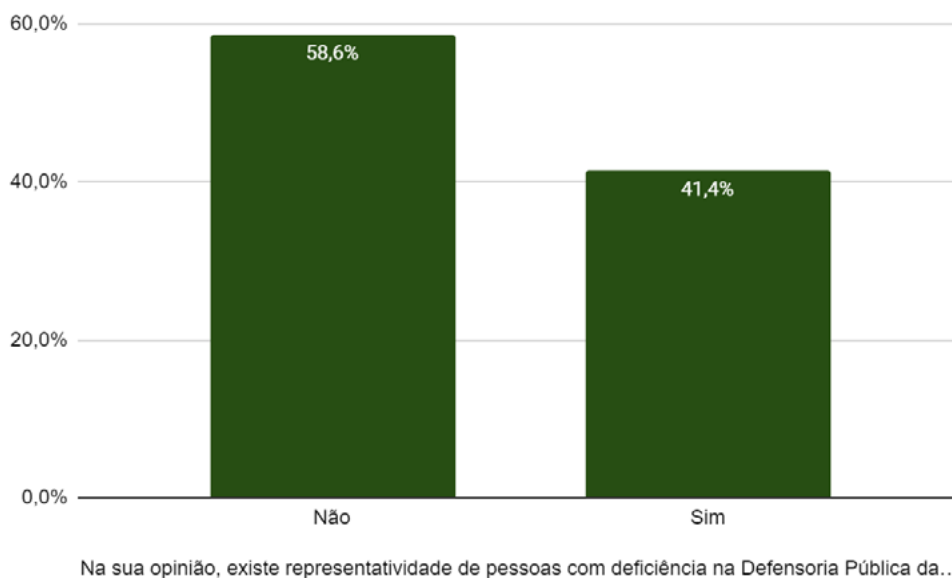
No que se refere ao momento da deficiência, cinco respondentes afirmaram não ser preexistente ao seu ingresso na instituição, enquanto três afirmaram ser preexistente ao referido ingresso.



NA SUA OPINIÃO, EXISTE REPRESENTATIVIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

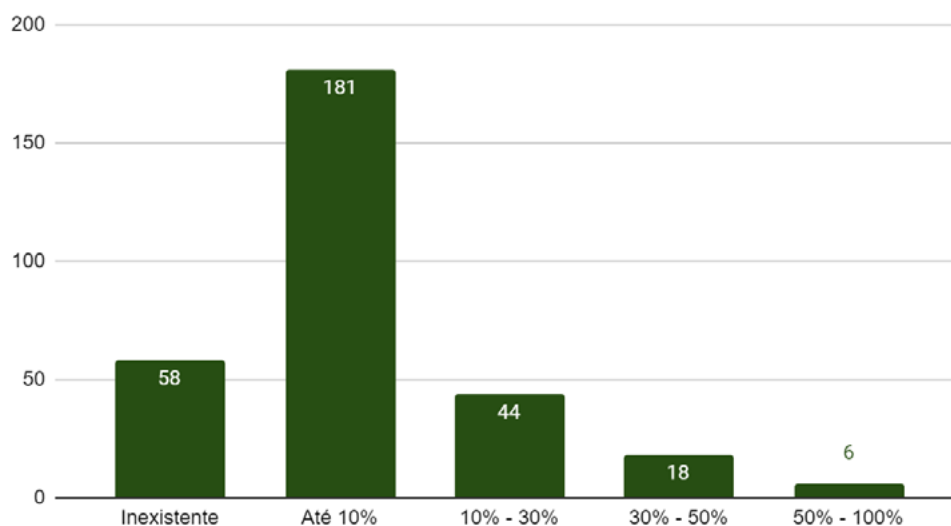
57

No quesito representatividade de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia, 180 respondentes afirmaram que ela existe, enquanto 127 afirmaram que não existe.



COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Sobre a presença de pessoas com deficiência da Defensoria Pública da Bahia, 58 respondentes afirmaram inexistir; 181 existir em até 10%; 44 entre 10% e 30%; e 18 entre 30% e 50%.



Como você enxerga a presença de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia?

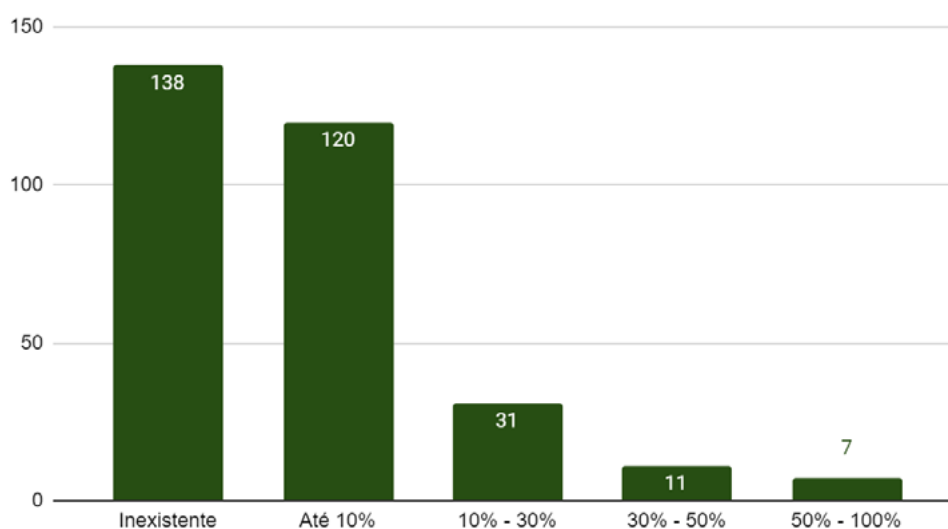
NA SUA OPINIÃO, VOCÊ ACHA QUE HÁ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

No quesito presença de pessoas com deficiência na administração da Defensoria Pública da Bahia, 199 respondentes afirmaram a sua ausência, enquanto 108 afirmaram a sua existência.

Na sua opinião, você acha que há pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria da Bahia?		
Não	64,8%	199
Sim	35,2%	108

COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

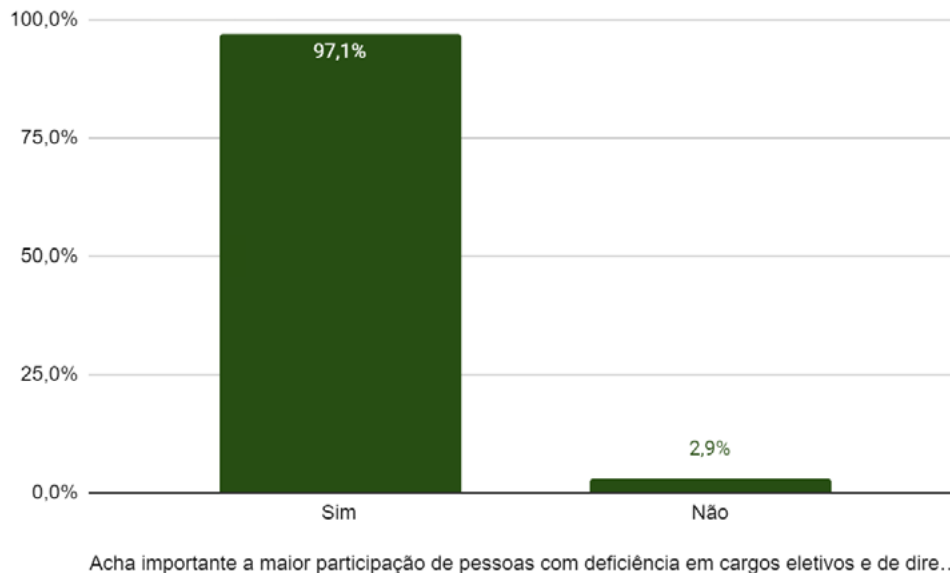
No que se refere à presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria Pública da Bahia, 138 respondentes afirmaram inexistir; 120, existir em até 10%; 31, existir entre 10% e 30%; 11, existir entre 30% e 50%; e 7, existir entre 50% e 100%.



Como você enxerga a presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defe...

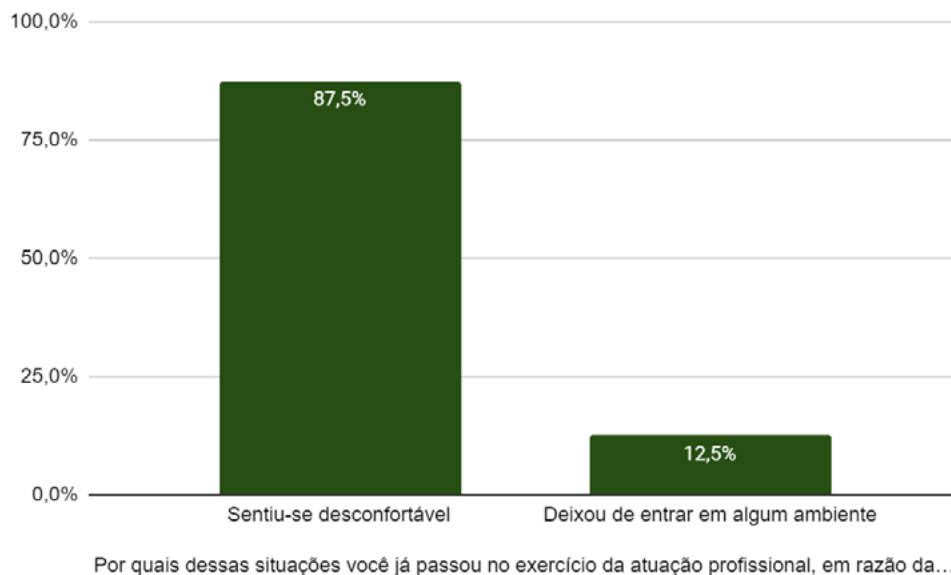
ACHA IMPORTANTE A MAIOR PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CARGOS ELETIVOS E DE DIREÇÃO NA DPE/BA?

Em relação à importância de uma maior participação de pessoas com deficiência em cargos eletivos e de direção na Defensoria Pública da Bahia, 298 dos respondentes afirmaram a importância da participação, enquanto nove afirmaram não achar importante essa participação.



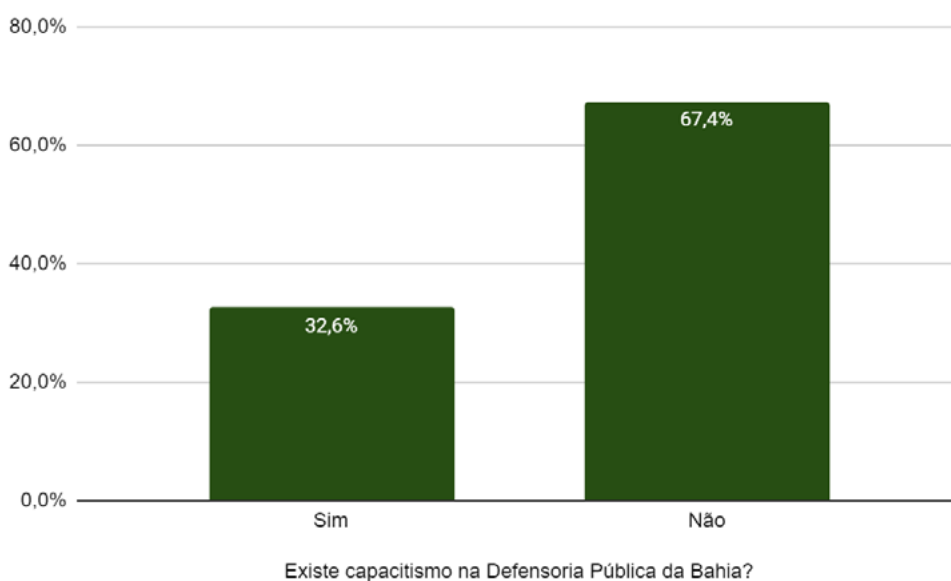
POR QUAIS DESSAS SITUAÇÕES VOCÊ JÁ PASSOU NO EXERCÍCIO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

As respostas se concentraram em apenas dois tipos de situação. Assim, em razão das deficiências, sete servidores(as) reportaram que já se sentiram desconfortáveis no exercício da profissão, e um(a) servidor(a) afirmou que, no exercício da profissão, já deixou de ingressar em algum ambiente em razão da deficiência que apresenta.



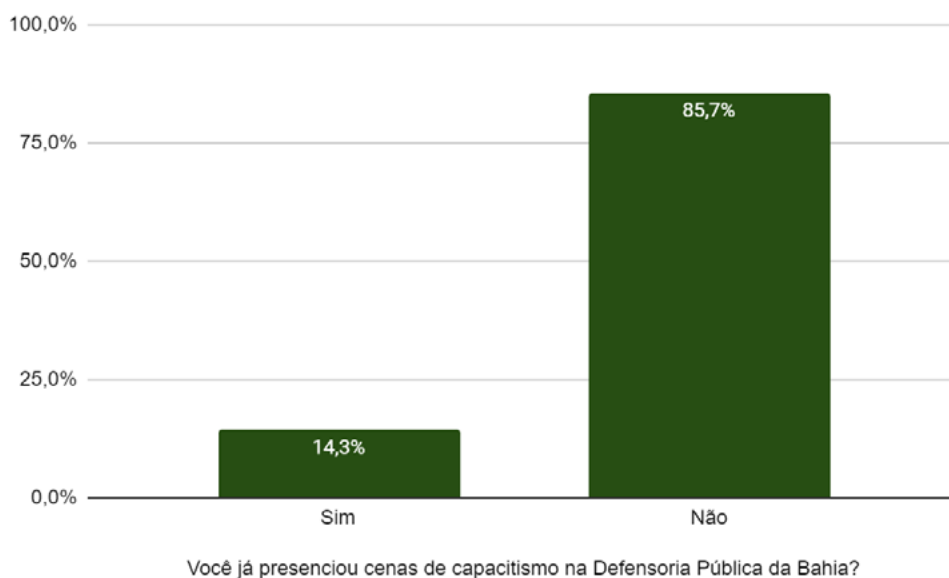
EXISTE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Questionados(as) sobre capacitismo na DPE-BA, 207 servidores(as) negaram existir essa forma de preconceito na instituição, enquanto 100 servidores(as) afirmaram que a discriminação está presente na Defensoria.



VOCÊ JÁ PRESENCIOU CENAS DE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Em que pese 100 servidores(as) entenderem que há capacitismo na DPE-BA, apenas 44 deles afirmaram ter presenciado cenas de discriminação na instituição. 263 servidores(as) nunca presenciaram cenas de capacitismo na DPE-BA.



SE VOCÊ RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR, QUEM FORAM AS PESSOAS ENVOLVIDAS?

Em relação aos servidores(as) que presenciaram cenas de preconceito contra PCDs na DPE-BA, 12 pessoas informaram como pessoas autôreas da discriminação uma defensora contra uma servidora; outras 12 pessoas apontaram como agente da discriminação uma servidora contra outra servidora; oito apontaram como autora uma servidora dirigindo-se a uma estagiária, quatro relataram uma defensora em prática discriminatória contra uma estagiária, e, ainda, uma pessoa apontou prática discriminatória de uma defensora contra outra defensora, e outra servidora apontou como agente da discriminação uma estagiária contra outra estagiária.

Ademais, nove pessoas presenciaram cenas de discriminação de uma usuária do sistema contra outra da mesma categoria, seis apontaram como autora da discriminação uma usuária do sistema contra uma estagiária, cinco relataram prática discriminatória de uma usuária do sistema contra outra servidora, e, por fim, uma

servidora referiu-se à discriminação proveniente de uma usuária do sistema contra uma defensora pública.

Se você respondeu sim à pergunta anterior, quem foram as pessoas envolvidas?		
Defensora contra defensora	2,3%	1
Defensora contra servidora	27,3%	12
Defensora contra estagiária	9,1%	4
Servidora contra servidora	27,3%	12
Servidora contra estagiária	18,2%	8
Estagiária contra estagiária	2,3%	1
Usuária do Sistema contra defensora	2,3%	1
Usuária do sistema contra servidora	11,4%	5
Usuária do sistema contra estagiária	13,6%	6
Usuária do Sistema contra usuária do sistema	20,5%	9

EM QUAIS CONTEXTOS TAIS ATOS OCORRERAM?

As cenas de preconceito relatadas contra PCDs ocorreram num cenário de rodas de conversa corriqueiras em 26 respostas, enquanto em 17 respostas o contexto da discriminação foi o de atendimentos ordinários realizados na sede da Defensoria Pública e/ou atendimentos itinerantes.

Em quais contextos tais atos ocorreram?		
Em rodas de conversa corriqueiras	59,1%	26
Em atendimentos ordinários realizados na sede da Defensoria Pública e atendimentos itinerantes	38,6%	17

JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO INSTITUCIONAL EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA?

Sobre discriminação ou violência em razão da deficiência no âmbito institucional, as pessoas que se identificaram como pessoas com deficiência neste quesito informaram que jamais sofreram qualquer tipo de violência ou discriminação no âmbito institucional em razão deste fato.

Já sofreu algum tipo de violência ou discriminação no âmbito institucional em razão da deficiência?		
Não	100%	8
Sim	0%	0

VOCÊ SE CONSIDERA CAPACITISTA?

No quesito capacitismo, 274 servidores(as) respondentes afirmaram que não se consideram capacitistas, enquanto 33 afirmaram que se consideram como tais.

Você se considera capacitista?		
Não	89%	274
Sim	11%	33

VOCÊ CONTA OU RI DE PIADAS CAPACITISTAS?

No quesito piadas capacitistas, 291 servidores(as) respondentes afirmaram que não riam desse tipo de piada, enquanto 16 afirmaram rir.

Você conta ou ri de piadas capacitistas?		
Não	95%	291
Sim	5%	16

VOCÊ ACHA QUE O CAPACITISMO É UM PROBLEMA INDIVIDUAL, DE FALTA DE BOM SENSO?

167 respondentes acham que o capacitismo não é um problema individual, relacionado à falta de bom senso, enquanto 140 acham que esse é um problema individual.

Você acha que o capacitismo é um problema individual, de falta de bom senso?		
Não	54%	167
Sim	46%	140

AS PESSOAS PODEM PRATICAR ATOS CAPACITISTAS MESMO QUANDO NÃO INTENCIONADAS?

Sobre atos capacitistas, 247 respondentes afirmaram que é possível que as pessoas pratiquem esses atos mesmo quando não intencionadas, enquanto 60 acreditam que não.

As pessoas podem praticar atos capacitistas mesmo quando não intencionadas?		
Não	20%	60
Sim	80%	247

NA SUA OPINIÃO, O MUNDO ESTÁ CHATO E EXAGERADO AO FALAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS?

303 respondentes afirmaram que, ao falar de pessoas com deficiência e seus direitos, o mundo não está chato e exagerado, enquanto quatro afirmaram que sim, está chato e exagerado.

Na sua opinião, o mundo está chato e exagerado ao falar de pessoas com deficiência e seus direitos?			
Não		99%	303
Sim		1%	4

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DAS PESSOAS ASSISTIDAS?

Sete respondentes afirmaram que no exercício da profissão, em razão da sua deficiência, nunca vivenciaram alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas, enquanto uma afirmou já ter vivenciado isso.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas?			
Não		88%	7
Sim		12%	1

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DE PESSOA INTEGRANTE DO SISTEMA DE JUSTIÇA?

Sete respondentes afirmaram que, no exercício da profissão, em razão da sua deficiência, nunca vivenciaram reação negativa por parte de pessoa integrante do sistema de justiça, enquanto uma afirmou que sim.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de pessoa integrante do sistema de justiça?			
Não		88%	7
Sim		12%	1

EM COMPARAÇÃO AOS SEUS COLEGAS QUE NÃO POSSUEM DEFICIÊNCIAS, VOCÊ PERCEBE MAIS DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

No comparativo com colegas que não possuem deficiências, seis respondentes afirmaram não perceber mais dificuldades no exercício da profissão, enquanto duas afirmaram que sim.

Em comparação aos seus colegas que não possuem deficiências, você percebe mais dificuldades no exercício da profissão?		
Não	75%	6
Sim	25%	2

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACHA QUE A SUA VIDA PESSOAL É MAIS AFETADA PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

Três respondentes afirmaram que sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão, enquanto cinco negaram que isso ocorra.

Você, pessoa com deficiência, acha que a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão?		
Não	62,5%	5
Sim	37,5%	3

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ OCUPOU ALGUMA FUNÇÃO DE CONFIANÇA NA DEFENSORIA PÚBLICA?

Cinco respondentes afirmaram ter ocupado alguma função de confiança da instituição, enquanto três afirmaram que não.

Você, pessoa com deficiência, já ocupou alguma função de confiança na Defensoria Pública?		
Não	62,5%	5
Sim	37,5%	3

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ SE CANDIDATOU A ALGUM CARGO ELETIVO NA DEFENSORIA PÚBLICA?

Considerando que servidores(as) não podem se candidatar a cargos eletivos na Defensoria Pública do Estado da Bahia, este quesito foi prejudicado.

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, TEVE VONTADE DE SE CANDIDATAR E DEIXOU DE FAZÊ-LO POR QUESTÕES PESSOAIS?

Considerando que servidores(as) não podem se candidatar a cargos eletivos na Defensoria Pública do Estado da Bahia, este quesito foi prejudicado.

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, SUAS OPINIÕES OU PONTOS DE VISTA JÁ FORAM MINIMIZADOS OU RELATIVIZADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO?

Sete respondentes afirmaram que suas opiniões ou pontos de vista nunca foram minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho por ser pessoa com deficiência, enquanto uma afirmou que isso ocorreu.

Por ser pessoa com deficiência, suas opiniões ou pontos de vista já foram minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho?		
Não	87,5%	7
Sim	12,5%	1

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ FOI VÍTIMA DE COMENTÁRIOS INAPROPRIADOS/ OFENSIVOS À SUA PESSOA, SUAS ATITUDES E VIDA PRIVADA NO AMBIENTE DE TRABALHO?

No que se refere a comentários inapropriados/ofensivos, seis respondentes afirmaram que não sofreram qualquer tipo, enquanto duas afirmaram que sim.

Por ser pessoa com deficiência, já foi vítima de comentários inapropriados/ofensivos à sua pessoa, suas atitudes e vida privada no ambiente de trabalho?

Não	75%	6
Sim	25%	2

JÁ DEIXOU DE SER ESCOLHIDA PARA CARGO DE CHEFIA EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Oito respondentes, o que totaliza 100%, responderam que nunca deixaram de ser escolhidas para cargo de chefia em razão de sua deficiência.

Já deixou de ser escolhida para cargo de chefia em razão da sua deficiência?

Não	100%	8
Sim	0%	0

NO AMBIENTE DE TRABALHO, UMA FALA/RACIOCÍNIO/EXPOSIÇÃO SUA JÁ FOI INTERROMPIDA EM RAZÃO DE SUA DEFICIÊNCIA?

Oito das respondentes, o que totaliza 100% delas, responderam que sua fala/ raciocínio/ exposição nunca foram interrompidas, no ambiente de trabalho, em razão de sua deficiência.

No ambiente de trabalho, uma fala/raciocínio/exposição sua já foi interrompida, em razão da sua deficiência?

Não	100%	8
Sim	0%	0

NO AMBIENTE DE TRABALHO, JÁ SE APROPRIARAM/ LEVARAM CRÉDITO POR UMA IDEIA SUA, E ISSO ACONTECEU EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

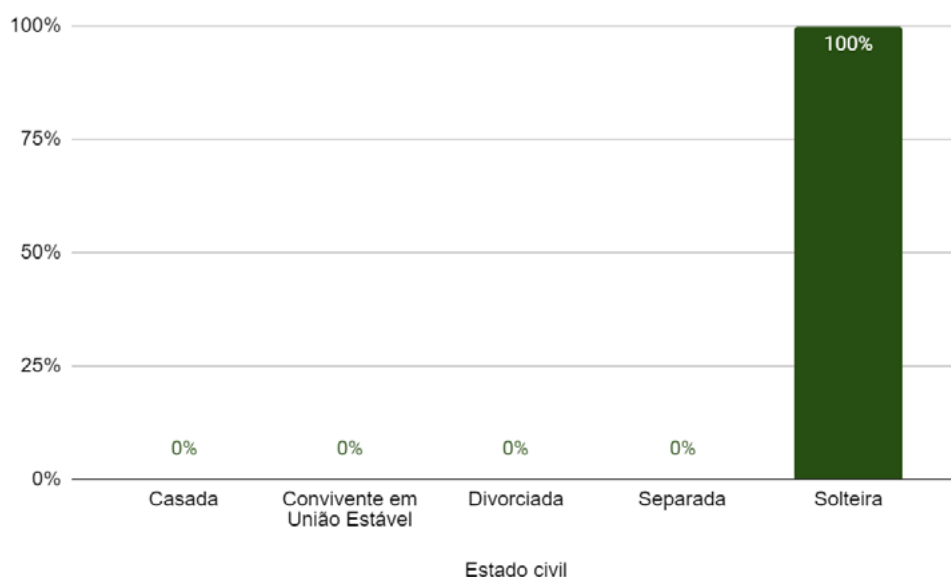
Oito das respondentes, o que totaliza 100% delas, responderam que nunca houve, no ambiente de trabalho, apropriação de uma ideia sua em razão de sua deficiência.

No ambiente de trabalho, já se apropriaram/levaram crédito por uma ideia sua, e isso aconteceu em razão da sua deficiência?		
Não	100%	8
Sim	0%	0

ESTAGIÁRIOS(AS)

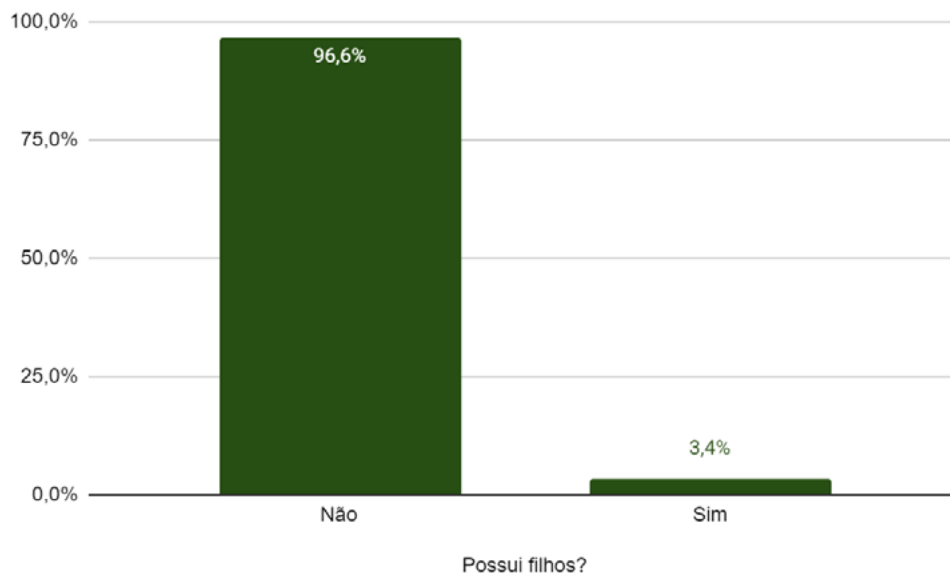
ESTADO CIVIL

Perguntados sobre seu estado civil, 58 estagiários(as) se declararam solteiros(as), o que representa 100% das respondentes nesta categoria.



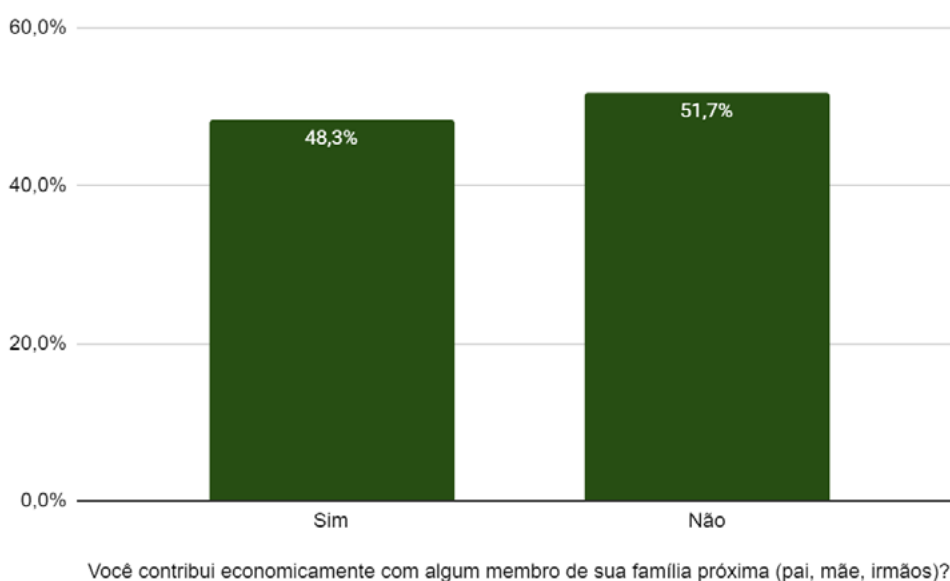
FILHOS

Sobre a existência de filhos, a maioria dos(as) estagiários(as) respondeu negativamente: 96,6% do total (56 respostas). Apenas dois(duas) estagiários(as) com filhos participaram da pesquisa.



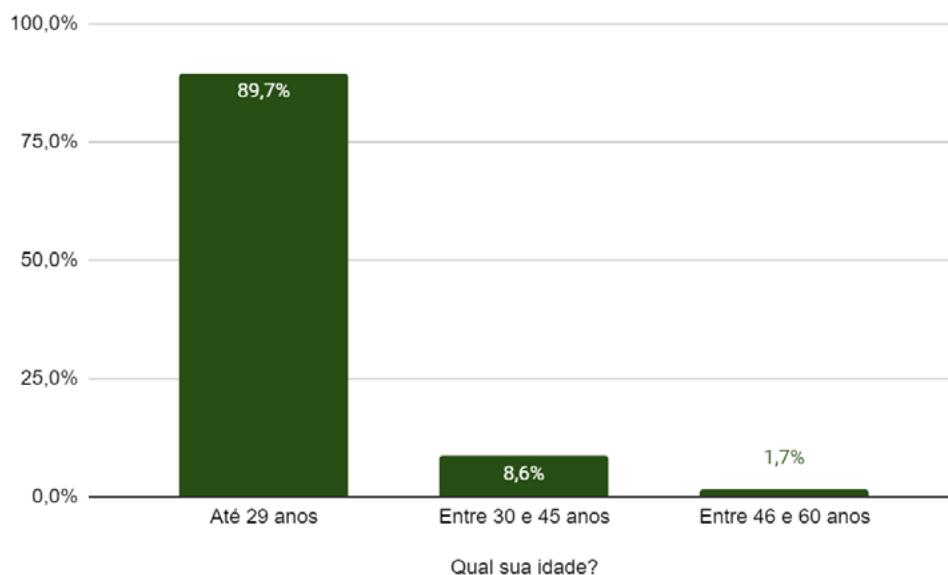
CONTRIBUI ECONOMICAMENTE COM FAMILIARES

No que diz respeito à contribuição econômica com membros da família, 28 estagiários(as) - 48,3% do total, ou pouco menos da metade - dizem contribuir economicamente com algum membro de sua família próxima (isto é, pais ou irmãos). Já 30 estagiários(as) - 51,7% do total - dizem não o fazer.



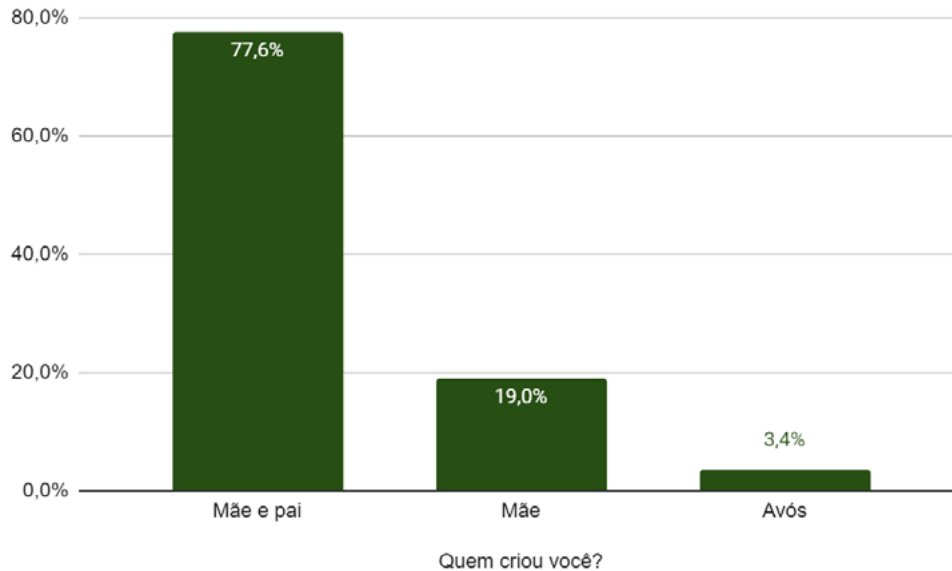
IDADE

Quanto à idade, tem-se que 52 estagiários(as) (89,7% do total) têm até 29 anos; cinco estagiários(as) têm entre 30 e 45 anos (8,6%), e apenas um(a) estagiário(a) (1,7%) tem entre 46 e 60 anos.



QUEM CRIOU VOCÊ?

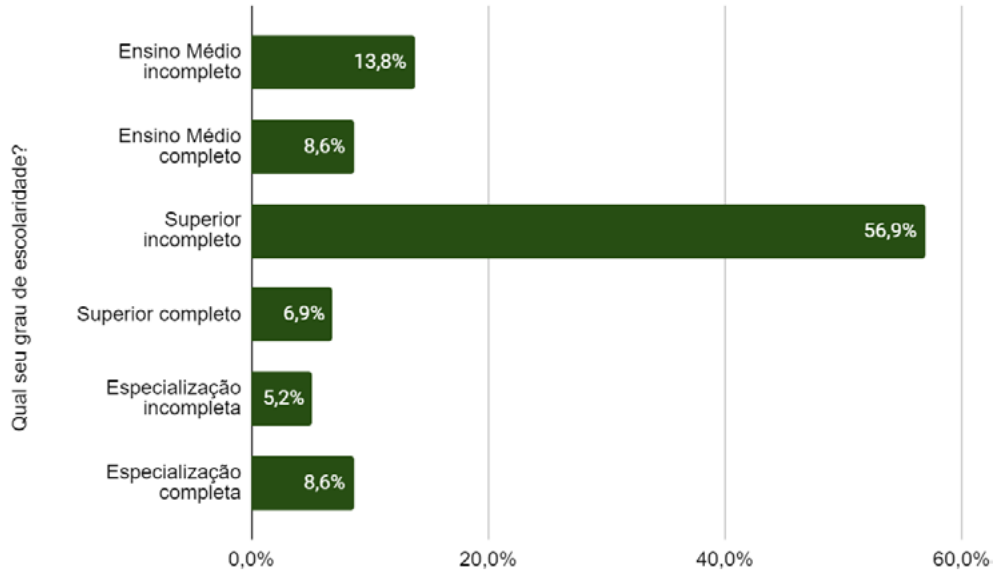
Quanto à criação familiar, 45 estagiários(as) - 77,6% do total, a grande maioria desta categoria - relata ter sido criado(a) por mãe e pai; onze estagiários(as) (19%) dizem ter sido criados(as) apenas pela mãe; dois(duas) estagiárias (3,4%) foram criadas pelos avós.



ESCOLARIDADE

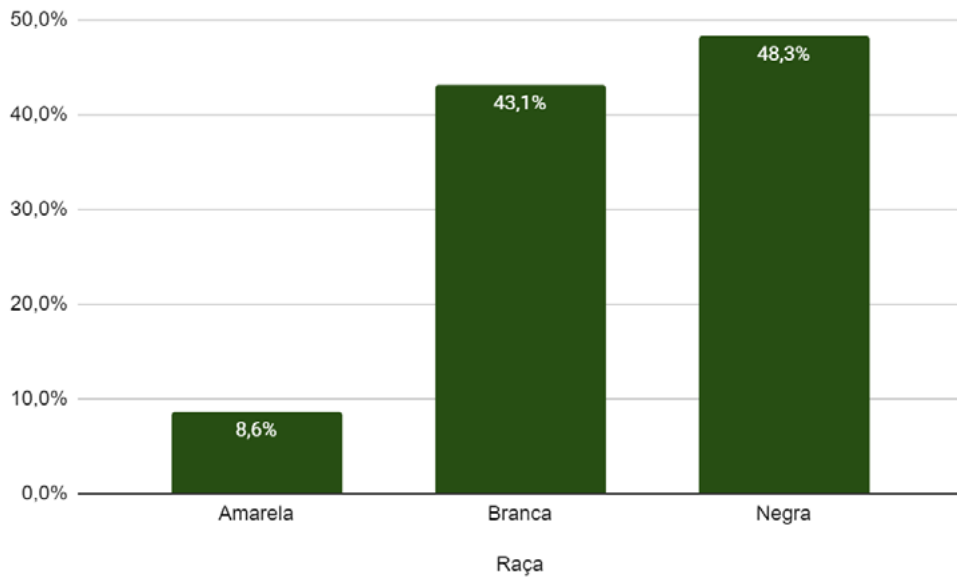
72

Sobre a escolaridade, a maior fatia é composta pelos(as) estagiários(as) que estão com curso superior em andamento, são 33 pessoas nesta situação, o que corresponde a 56,9% do total de respondentes. Há oito estagiários(as) com ensino médio em andamento, cinco com ensino médio completo e quatro com ensino superior completo. Cinco estagiários(as) concluíram especialização após a graduação e outros(as) três estão com a especialização em curso.

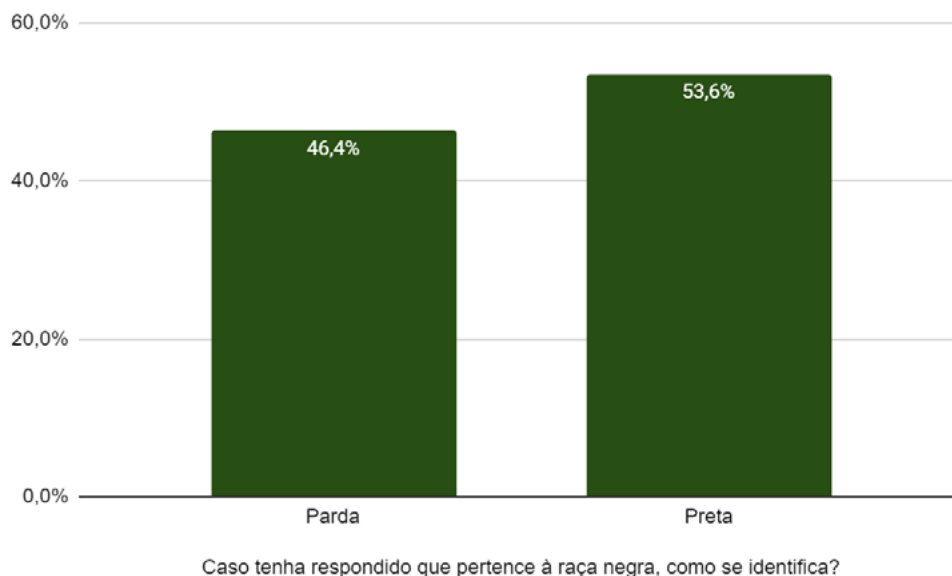


RAÇA

Quanto à raça, as respostas se organizam da seguinte forma: 28 estagiários(as) se declararam negros(as), 25 se declararam brancos(as) e outros(as) cinco disseram ser amarelos(as).

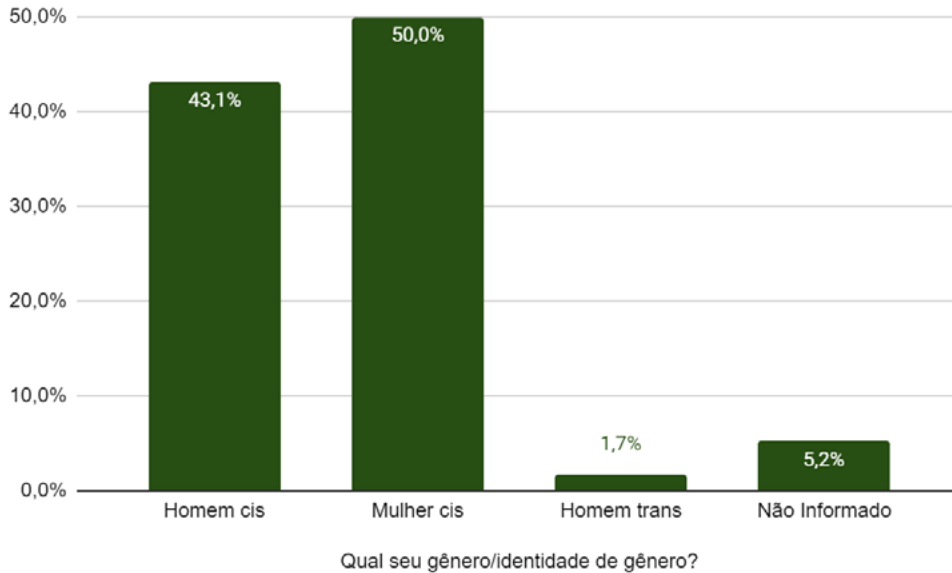


Entre os(as) estagiários(as) que se declararam negros(as), 15 (53,6%) afirmaram que são pretos(as), enquanto outros(as) 13 (46,4%) se veem como pardos(as).



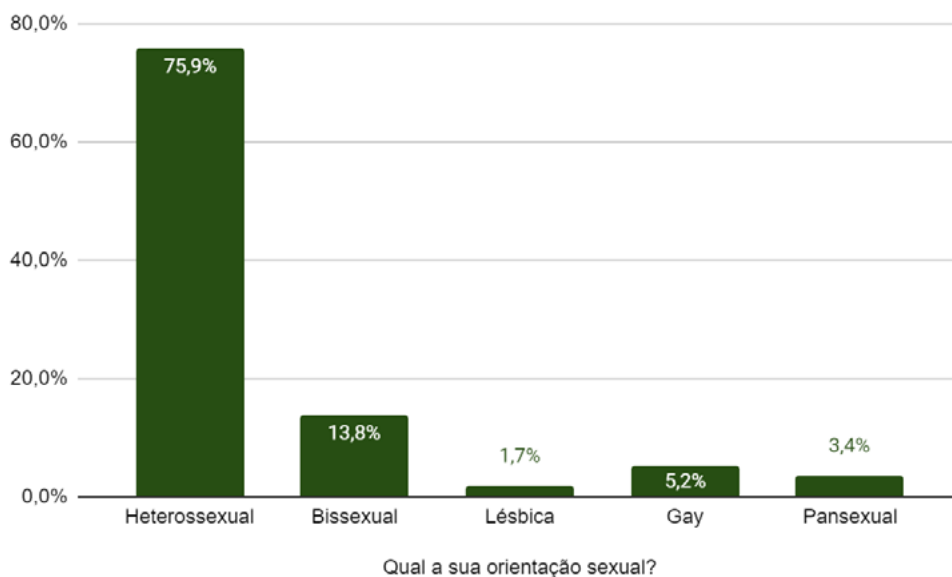
GÊNERO

No que tange à identidade de gênero, 29 (50%) se declararam mulheres cis, sendo este o maior grupo por gênero aqui representado; 25 (43,1%) se declararam homens cis; uma pessoa se declarou homem trans; e três não informaram seu gênero à pesquisa.



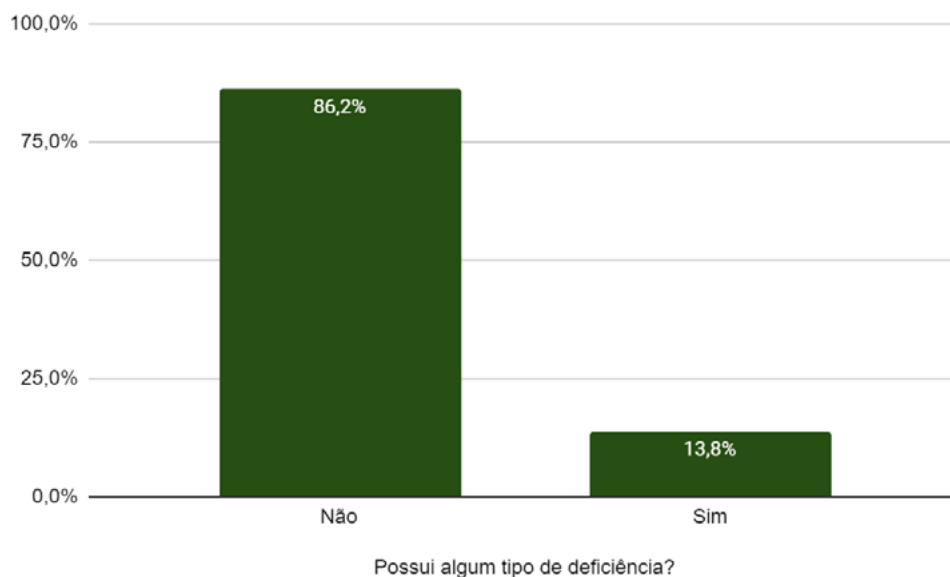
ORIENTAÇÃO SEXUAL

No tocante à orientação sexual, 44 estagiários(as) (75,9%) se declaram heterossexuais, sendo este o maior grupo por orientação sexual aqui representado; oito estagiários(as) (13,8%) se declaram bissexuais; três estagiários(as) (5,2%) se declaram gays, uma se declarou lésbica, e outras duas se declaram pansexuais.



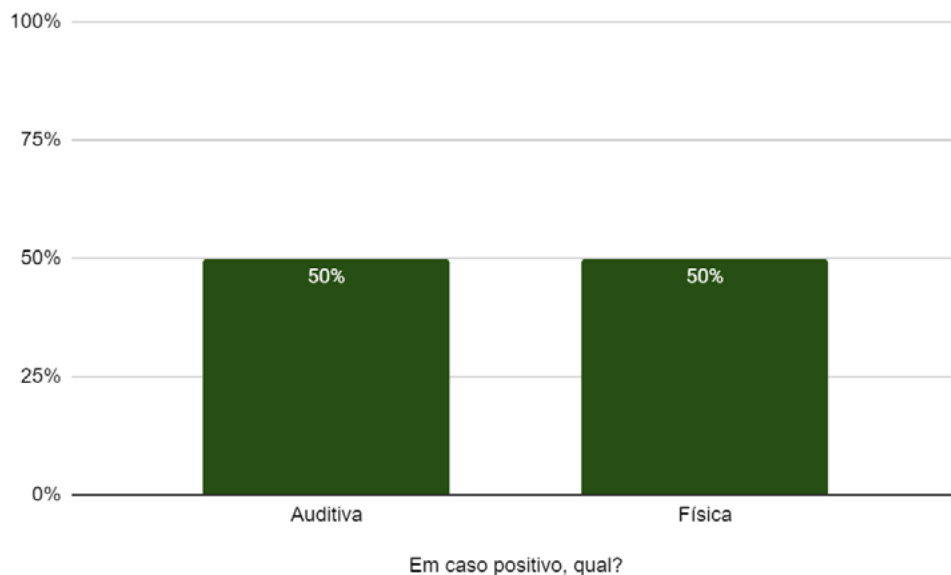
POSSUI DEFICIÊNCIA

No que toca à existência de deficiências, a maioria dos(as) estagiários(as) - 50 - declara não ter nenhuma deficiência. Apenas oito estagiários(as), ou 13,8% do total, declararam possuir algum tipo de deficiência.



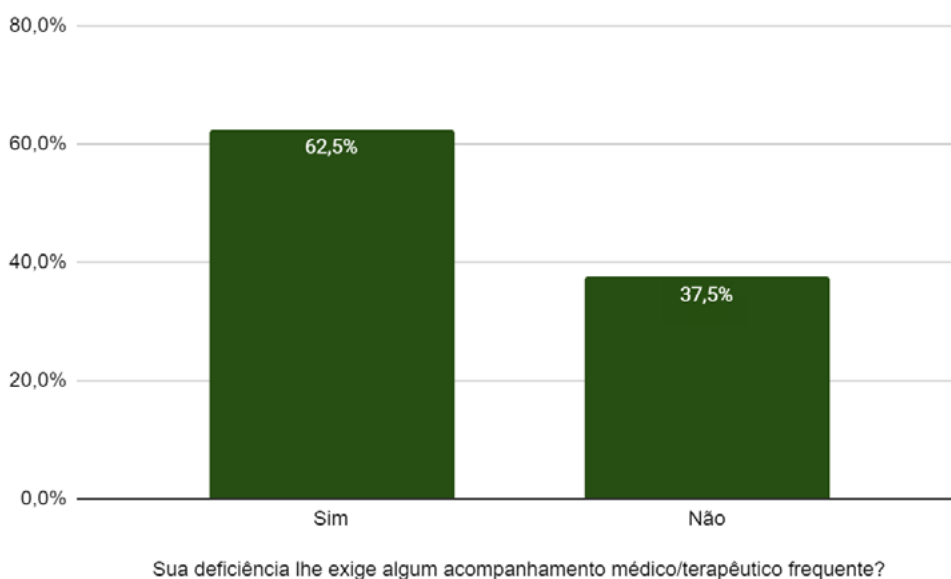
EM CASO POSITIVO, QUAL?

Entre os(as) estagiários(as) que relataram ter alguma deficiência, quatro (50%) disseram ter deficiência auditiva e outros(as) quatro disseram ter deficiência física.



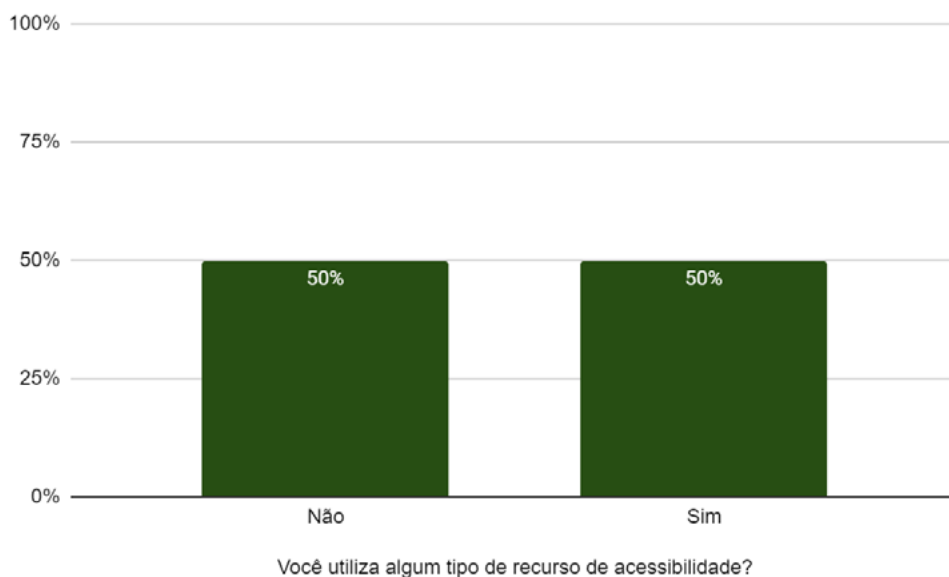
ACOMPANHAMENTO MÉDICO

Novamente entre os(as) estagiários(as) que relataram possuir alguma deficiência, cinco deles (62,5%) disseram que sua deficiência lhes exige algum acompanhamento médico/terapêutico frequente; os outros(as) três (37,5%) disseram que não precisam de tal acompanhamento.



ACESSIBILIDADE

Ainda entre os(as) estagiários(as) que relataram possuir alguma deficiência, a metade - quatro - relatou fazer uso de algum tipo de recurso de acessibilidade; as demais disseram não fazê-lo.

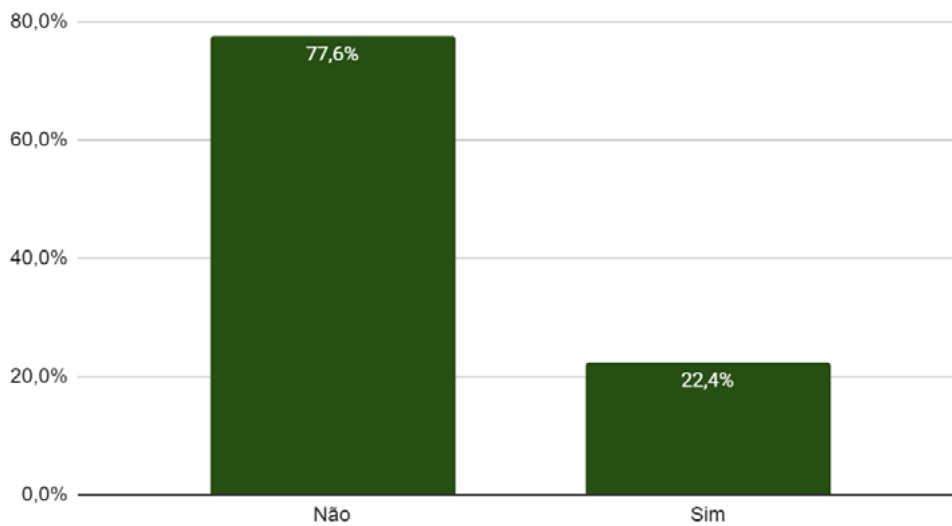


TIPOS DE RECURSO

Todos(as) os(as) estagiários(as) que relataram fazer uso de recursos de acessibilidade disseram usar aparelho auditivo.

POSSUI ALGUM FAMILIAR COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADE ESPECIAL QUE DEPENDA DO SEU APOIO PARA TRATAMENTO

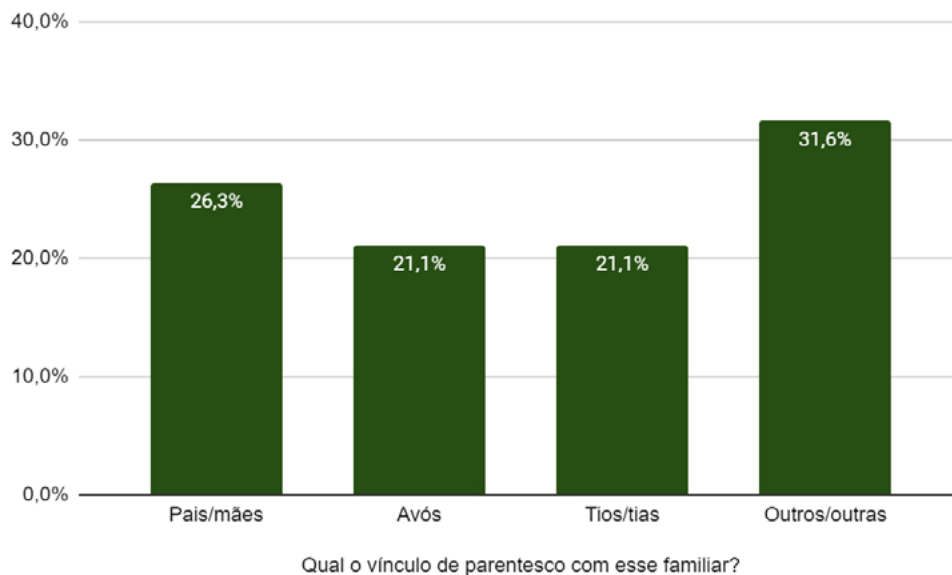
A maioria relatou não possuir nenhum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa do seu apoio para tratamento, sendo 45 respostas neste sentido, o que equivale a 77,5%. Por outro lado, 13 estagiários(as) disseram ter algum parente com tal necessidade de apoio.



Possui algum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa do seu apoio para...

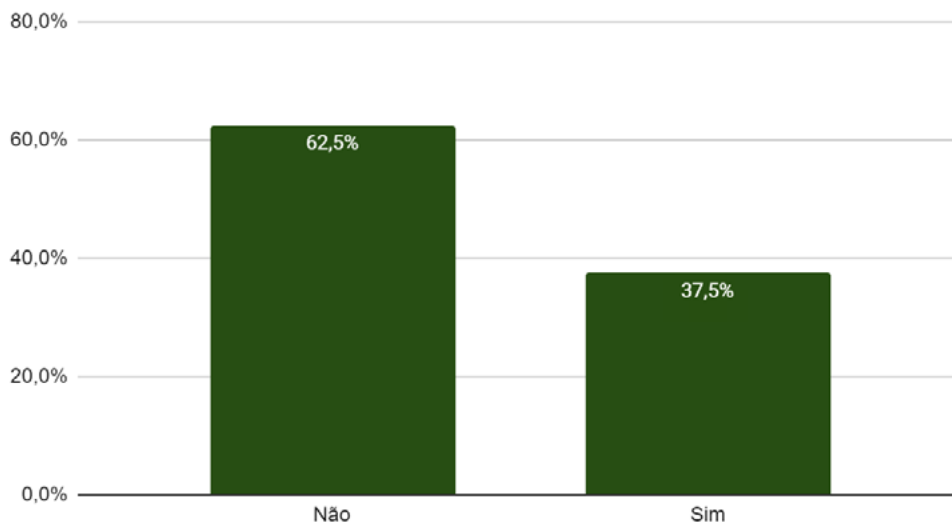
VÍNCULO DE PARENTESCO

Entre os(as) estagiários(as) que relataram ter algum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa de apoio, cinco disseram que o parente em questão é seu pai ou mãe; outros(as) quatro disseram que os parentes em questão são avós; também foram quatro respostas apontando tios/tias com necessidades específicas e seis estagiários(as) informaram ter outros ou outras familiares com deficiência ou necessidade de apoio especial. Importa dizer que a esta pergunta o respondente poderia indicar mais de um parentesco como resposta.



NA DEFENSORIA PÚBLICA, JÁ NECESSITOU UTILIZAR ALGUM RECURSO DE ACESSIBILIDADE E O MESMO NÃO ESTAVA DISPONÍVEL?

Aferiu-se que 37,5% dos(as) estagiários(as) já necessitaram de recurso de acessibilidade que não estava à sua disposição, sendo três as respostas neste sentido; outros(as) cinco estagiários(as) com deficiência responderam negativamente a este quesito.



Na Defensoria Pública já necessitou utilizar algum recurso de acessibilidade e não estava dispo...

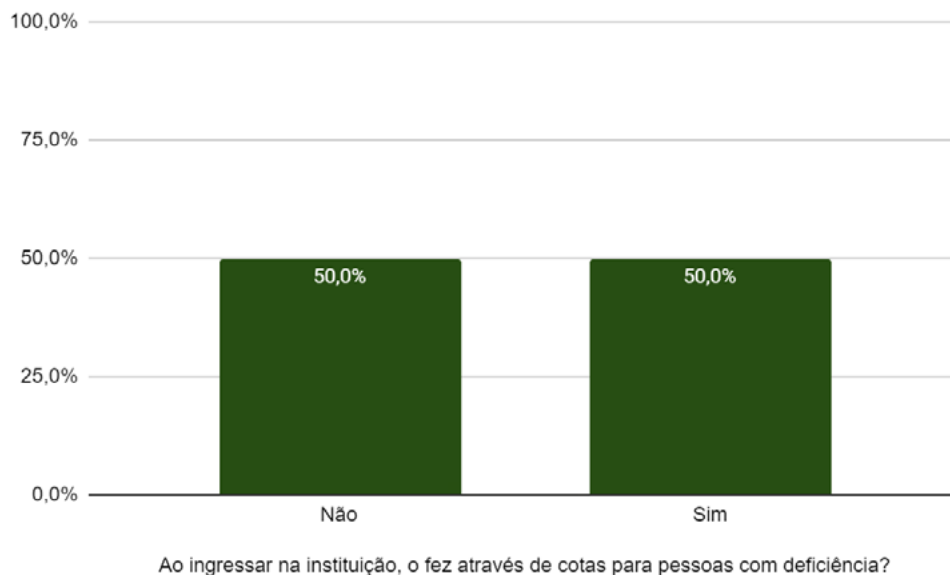
TIPO DE RECURSO FALTANTE

A ausência do recurso de Libras e legendas nas transmissões e cursos obrigatórios ministrados pela instituição foi apontada por 100% das estagiárias com deficiência quando questionados sobre qual o recurso faltante.

Em caso de resposta positiva, especifique:		
Falta de legenda e libras nos cursos obrigatórios e afins.	100%	3

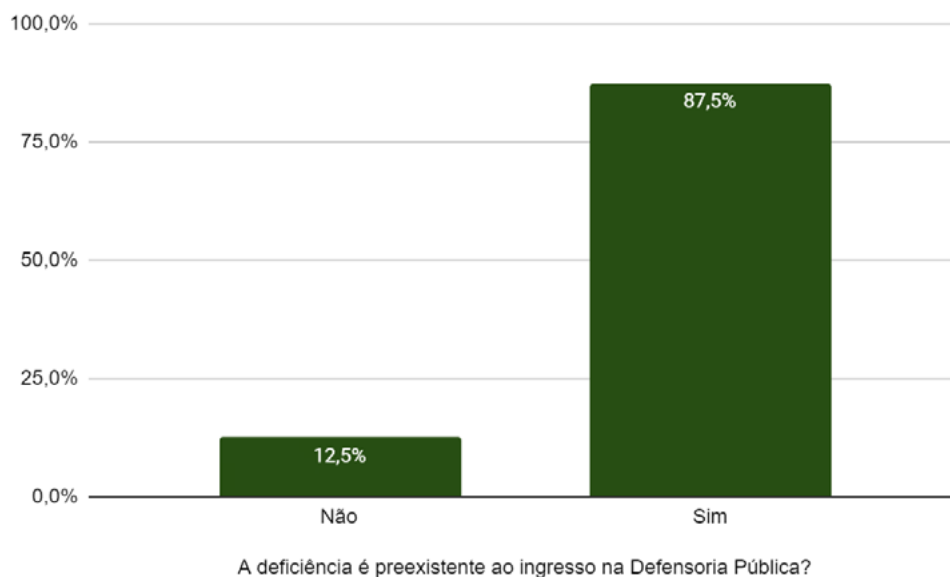
COTAS

No tocante ao sistema de cotas, metade dos(as) estagiários(as) com deficiência - quatro - ingressaram na instituição por meio das cotas para pessoas com deficiência; as demais disseram não tê-lo feito.



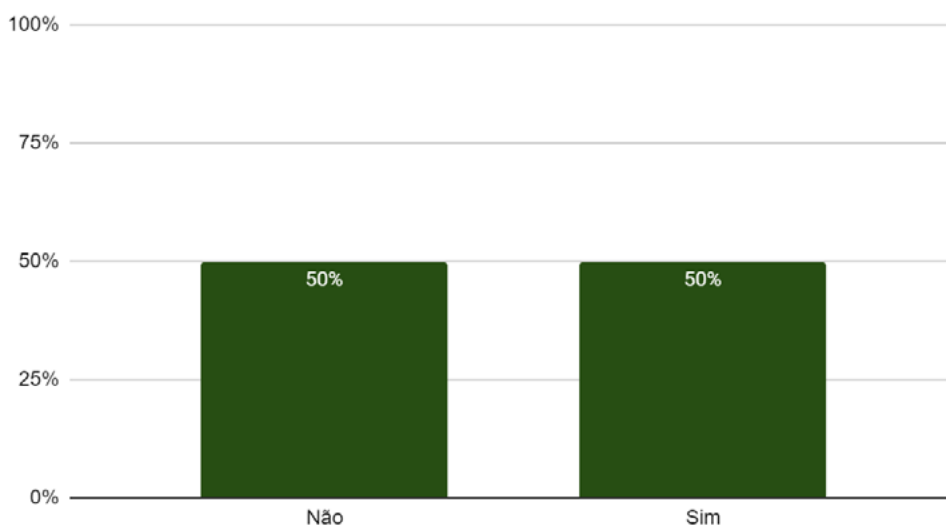
A DEFICIÊNCIA É PREEXISTENTE?

Aqui, apenas um(a) estagiário(a) com deficiência declarou que sua condição não é preexistente à sua entrada na instituição; as outras sete responderam positivamente.



NA SUA OPINIÃO, EXISTE REPRESENTATIVIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

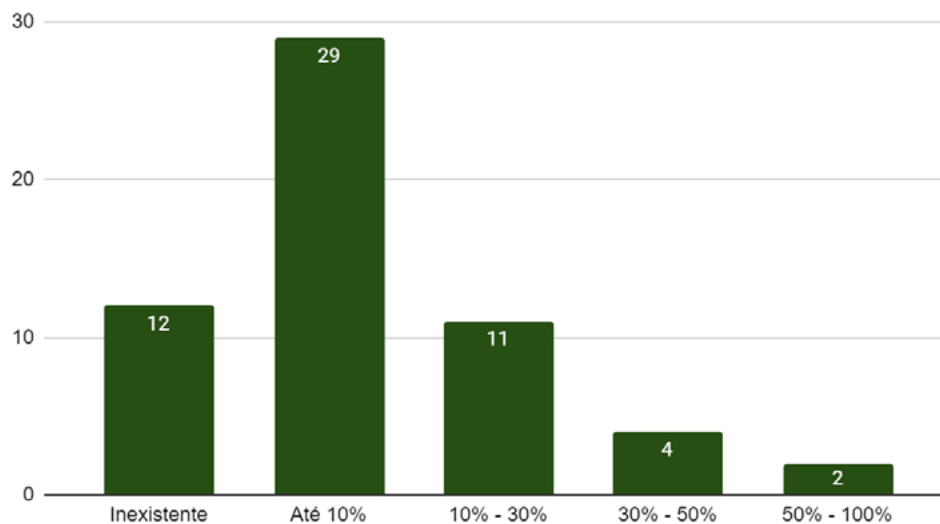
Ao serem perguntadas acerca da representatividade de pessoas com deficiência na Defensoria Pública do Estado da Bahia, 50% dos(as) estagiários(as) opinaram pela não existência de representatividade dessas pessoas dentro da Defensoria.



Na sua opinião, existe representatividade de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da...

COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

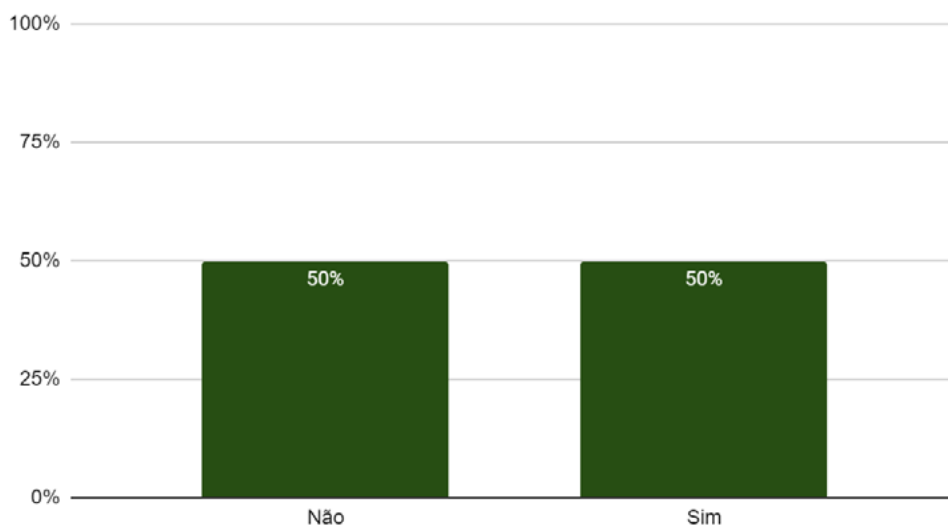
No que se refere à presença de pessoas com deficiência na DPE/BA, 12 estagiários(as) entrevistados(as) consideram a presença dessas pessoas inexistente e 29 estagiários(as) consideram-na menor ou igual a 10%. Entre 10% e 30% de presença foi a resposta de 11 estagiários(as), ao passo que 4 acreditam ser ela equivalente a um percentual entre 30% e 50%. Apenas dois(duas) estagiários(as) afirmaram enxergar essa presença em um patamar entre 50% e 100%.



Como você enxerga a presença de pessoas com deficiência na Defensoria Pública da Bahia?

NA SUA OPINIÃO, VOCÊ ACHA QUE HÁ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

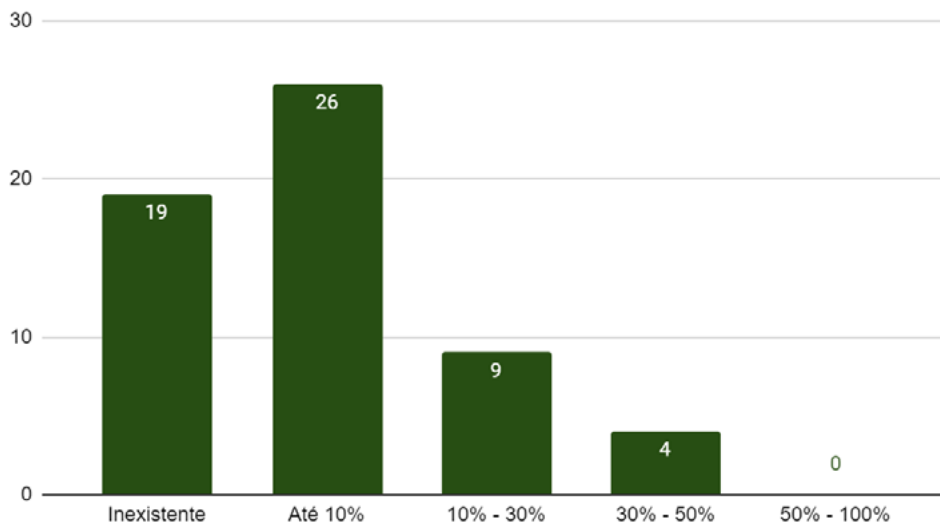
Em relação à presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria, metade dos(as) estagiários(as) acham que há presença dessas pessoas em tais cargos, enquanto a outra metade acha que essa presença não existe.



Na sua opinião, você acha que há pessoas com deficiência nos cargos de administração da Def...

COMO VOCÊ ENXERGA A PRESENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Quanto ao grau dessa presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defensoria, 26 dos(as) 58 estagiários(as) consideram que a presença vai até 10% de ocupação nesses cargos. Nenhum(a) estagiário(a) afirmou que essa presença alcança o grau de 50%. 19 estagiários(as) afirmaram ser inexistente essa presença, enquanto 9 enxergam-na no percentual entre 10% e 30%, e os(as) outros(as) 4, entre 30% e 50%.



Como você enxerga a presença de pessoas com deficiência nos cargos de administração da Defe...

ACHA IMPORTANTE A MAIOR PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CARGOS ELETIVOS E DE DIREÇÃO NA DPE/BA?

Ao serem perguntados(as) sobre a importância de uma maior participação de pessoas com deficiência em cargos eletivos e de direção na Defensoria, todos(as) os(as) estagiários(as) (100%) responderam que acham importante essa maior participação dessas pessoas nesses cargos dentro da DPE/BA.

POR QUAIS DESSAS SITUAÇÕES VOCÊ JÁ PASSOU NO EXERCÍCIO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

No que concerne a situações profissionais negativas vivenciadas em virtude da sua deficiência, 62,5% (5) dos(as) estagiários(as) retrataram que já se sentiram desconfortáveis no exercício da sua atuação profissional; e 37,5% (3) afirmaram que já tiveram sua credibilidade e competência questionadas. Outros(as) 3 estagiários(as) relataram que já foram prejudicadas em processo de seleção de emprego, e apenas uma delas deixou de entrar em algum ambiente em razão da deficiência.

Por quais dessas situações você já passou no exercício da atuação profissional, em razão da sua deficiência?		
Sentiu-se desconfortável	62,5%	5
Teve sua credibilidade e competência questionada, ainda que de forma velada	37,5%	3
Já foi prejudicado(a) em um processo de seleção de emprego	37,5%	3
Deixou de entrar em algum ambiente	12,5%	1

86

EXISTE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Ao serem questionadas sobre existir ou não capacitismo na Defensoria Pública da Bahia, 18 estagiários(as) afirmaram que existe, enquanto 40 negaram existir capacitismo na DPE/BA.

Existe capacitismo na Defensoria Pública da Bahia?		
Sim	31,0%	18
Não	69,0%	40

VOCÊ JÁ PRESENCIOU CENAS DE CAPACITISMO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA?

Quando se trata de presenciar cenas de capacitismo na DPE/BA, 8,6% dos(as) estagiários(as) afirmaram que presenciaram tais cenas, enquanto 91,4% dos(as) estagiários(as) negaram ter presenciado cenas semelhantes.

Você já presenciou cenas de capacitismo na Defensoria Pública da Bahia?		
Sim	8,6%	5
Não	91,4%	53

SE VOCÊ RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR, QUEM FORAM AS PESSOAS ENVOLVIDAS?

Segundo as pessoas que presenciaram cenas de capacitismo na Defensoria, 60% dessas cenas foram entre usuárias do sistema da DPE/BA; 40% das cenas foram de alguma usuária do sistema contra alguma servidora ou estagiária; e 20% das cenas foram de uma defensora contra uma estagiária.

Se você respondeu sim à pergunta anterior, quem foram as pessoas envolvidas?		
Defensora contra estagiária	20,0%	1
Usuária do sistema contra servidora	40,0%	2
Usuária do sistema contra estagiária	40,0%	2
Usuária do sistema contra usuária do sistema	60,0%	3

EM QUAIS CONTEXTOS TAIS ATOS OCORRERAM?

Ao serem questionados(as) acerca do contexto dos atos, 80% dos(as) estagiários(as) afirmaram que tais atos ocorreram em atendimentos ordinários na sede da DPE/BA; 20% afirmaram que o capacitismo em questão se referia à falta de adequação estrutural, legendas e Libras nos cursos e eventos promovidos pela instituição.

Em quais contextos tais atos ocorreram?		
Em atendimentos ordinários realizados na sede da Defensoria Pública	80,0%	4
Falta de adequação estrutural, legendas e Libras nos cursos e eventos.	20,0%	1

JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO INSTITUCIONAL EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA?

No tocante à violência ou discriminação no âmbito institucional em razão da deficiência, 25% das estagiárias afirmaram já terem sofrido com isso no âmbito da Defensoria.

Já sofreu algum tipo de violência ou discriminação no âmbito institucional em razão da deficiência?		
Não	75%	6
Sim	25%	2

SE VOCÊ RESPONDEU SIM À PERGUNTA ANTERIOR, QUEM A PRATICOU?

Ao serem perguntados(as) sobre quem praticou os atos de violência ou discriminação declarados na pergunta anterior, metade das estagiárias afirmou que partiu de algum(a) usuário(a) dos serviços da Defensoria Pública do Estado da Bahia, enquanto outra metade não especificou o agente

Se você respondeu sim à pergunta anterior, quem a praticou?		
Usuária dos serviços	50%	1
Outro	50%	1

VOCÊ SE CONSIDERA CAPACITISTA?

86% dos(as) respondentes(as) nesta categoria afirmaram que não se consideram capacitistas. 14%, a seu turno, respondeu que são, sim, capacitistas.

Você se considera capacitista?		
Não	86%	50
Sim	14%	8

VOCÊ CONTA OU RI DE PIADAS CAPACITISTAS?

91% dos(as) estagiários(as) respondentes negaram contar ou rir de piadas capacitistas, enquanto apenas 9% afirmaram que o fazem.

Você conta ou ri de piadas capacitistas?		
Não	91%	53
Sim	9%	5

VOCÊ ACHA QUE O CAPACITISMO É UM PROBLEMA INDIVIDUAL, DE FALTA DE BOM SENSO?

Em resposta a esta indagação, 45% dos(as) estagiários(as) respondentes afirmaram que o capacitismo não é um problema individual, de falta de bom senso. Por outro lado, 55% concorda com essa ideia.

Você acha que o capacitismo é um problema individual, de falta de bom senso?		
Não	45%	26
Sim	55%	32

AS PESSOAS PODEM PRATICAR ATOS CAPACITISTAS MESMO QUANDO NÃO INTENCIONADAS?

Acerca da possibilidade de se praticar atos capacitistas de maneira não intencional, 86% dos(as) estagiários(as) entendem que há esta possibilidade, enquanto 14% acreditam no contrário.

As pessoas podem praticar atos capacitistas mesmo quando não intencionadas?		
Não	14%	8
Sim	86%	50

NA SUA OPINIÃO, O MUNDO ESTÁ CHATO E EXAGERADO AO FALAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS?

Questionados(as) sobre se o mundo estaria sendo chato e exagerado ao falar de pessoas com deficiência e de seus direitos, 97% dos(as) estagiários(as) responderam que não, que falar dessas pessoas e de seus direitos não é algo chato ou exagerado. Para 2 estagiários(as) (3%), a resposta foi afirmativa.

Na sua opinião, o mundo está chato e exagerado ao falar de pessoas com deficiência e seus direitos?		
Não	97%	56
Sim	3%	2

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DAS PESSOAS ASSISTIDAS?

Nesta pergunta, 63% dos(as) estagiários(as) respondentes afirmaram que já viveram alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas, em razão da sua deficiência. Em contrapartida, 38% responderam negativamente.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte das pessoas assistidas?		
Não	38%	3
Sim	63%	5

NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA, VOCÊ JÁ VIVENCIOU ALGUMA REAÇÃO NEGATIVA POR PARTE DE PESSOA INTEGRANTE DO SISTEMA DE JUSTIÇA?

Repetida a mesma pergunta acima, mas com foco nas pessoas integrantes do sistema de justiça, e não mais as pessoas usuárias da instituição, 50% dos(as) estagiários(as) que possuem alguma deficiência afirmaram que já vivenciaram uma reação negativa por parte desses sujeitos. A outra metade respondeu negativamente.

No exercício da profissão, em razão da sua deficiência, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de pessoa integrante do sistema de justiça?		
Não	50%	4
Sim	50%	4

SE SIM, DE QUAL INSTITUIÇÃO/ENTE ESTATAL?

Aos(as) estagiários(as) que responderam positivamente ao quesito anterior foi solicitado que identificasse a qual instituição/ente pertencia a pessoa que reagiu de forma negativa, ao que 37,5% deles(as) disseram ter se tratado de uma pessoa integrante do Poder Judiciário. Apenas um(a) estagiário(a) (representando 12,5% das pessoas entrevistadas) afirma ter sido vítima de reação negativa por parte de membro da Advocacia.

Se sim, de qual instituição/ente estatal?		
Poder Judiciário	37,5%	3
Advocacia	12,5%	1

EM COMPARAÇÃO AOS SEUS COLEGAS QUE NÃO POSSUEM DEFICIÊNCIAS, VOCÊ PERCEBE MAIS DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

Dos(as) estagiários(as) com deficiência, 62,5% afirmaram ter mais dificuldades no exercício da profissão, quando em comparação com seus colegas que não possuem deficiência; o restante respondeu negativamente.

Em comparação aos seus colegas que não possuem deficiências, você percebe mais dificuldades no exercício da profissão?		
Não	37,5%	3
Sim	62,5%	5

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACHA QUE A SUA VIDA PESSOAL É MAIS AFETADA PELO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO?

Quando perguntadas se a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão, 50% dos(as) estagiários(as) que são pessoas com deficiência responderam que sim; os outros 50% responderam que não.

Você, pessoa com deficiência, acha que a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão?		
Não	50%	4
Sim	50%	4

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ OCUPOU ALGUMA FUNÇÃO DE CONFIANÇA NA DEFENSORIA PÚBLICA?

Considerando não ser possível o exercício de função de confiança por estagiários(as) na Defensoria Pública, esse quesito foi prejudicado.

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ SE CANDIDATOU A ALGUM CARGO ELETIVO NA DEFENSORIA PÚBLICA?

Considerando não ser possível o exercício de cargo eletivo por estagiários(as) na Defensoria Pública, esse quesito foi prejudicado.

VOCÊ, PESSOA COM DEFICIÊNCIA, TEVE VONTADE DE SE CANDIDATAR E DEIXOU DE FAZÊ-LO POR QUESTÕES PESSOAIS?

Considerando não ser possível o exercício de cargo eletivo por estagiários(as) na Defensoria Pública, esse quesito foi prejudicado.

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, SUAS OPINIÕES OU PONTOS DE VISTA JÁ FORAM MINIMIZADOS OU RELATIVIZADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO?

Metade dos(as) estagiários(as) afirmaram que, por serem pessoas com deficiência, suas opiniões já foram minimizadas ou relativizadas no ambiente de trabalho. A outra metade respondeu negativamente.

Por ser pessoa com deficiência, suas opiniões ou pontos de vista já foram minimizados ou relativizados no ambiente de trabalho?		
Não	50%	4
Sim	50%	4

92

POR SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA, JÁ FOI VÍTIMA DE COMENTÁRIOS INAPROPRIADOS OFENSIVOS À SUA PESSOA, SUAS ATITUDES E VIDA PRIVADA NO AMBIENTE DE TRABALHO?

Questionados(as) se já foram vítimas de comentários inapropriados ou ofensivos em razão da deficiência, 37,5% dos(as) estagiários(as) (3) responderam já terem sido vítimas de tais comentários. A maior parte, 62,5% dos(as) estagiários(as), contudo, respondeu negativamente.

Por ser pessoa com deficiência, já foi vítima de comentários inapropriados/ofensivos à sua pessoa, suas atitudes e vida privada no ambiente de trabalho?		
Não	62,5%	5
Sim	37,5%	3

JÁ DEIXOU DE SER ESCOLHIDA PARA CARGO DE CHEFIA EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Considerando não ser possível o exercício de cargo de chefia por estagiários(as) na Defensoria Pública, esse quesito foi prejudicado.

NO AMBIENTE DE TRABALHO, UMA FALA/RACIOCÍNIO/EXPOSIÇÃO SUA JÁ FOI INTERROMPIDA EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Perguntados(as) se já tiveram alguma de suas falas, raciocínios e exposições interrompidas em razão de sua deficiência, 37,5% dos(as) estagiários(as) responderam que isso já ocorreu com elas. Por outro lado, 62,5% dos(as) estagiários(as) responderam negativamente.

No ambiente de trabalho, já se apropriaram/levaram crédito por uma ideia sua, e isso aconteceu em razão da sua deficiência?		
Não	62,5%	5
Sim	37,5%	3

NO AMBIENTE DE TRABALHO, JÁ SE APROPRIARAM/LEVARAM CRÉDITO POR IDEIA SUA, E ISSO ACONTECEU EM RAZÃO DA SUA DEFICIÊNCIA?

Indagados(as), se alguém já teria se apropriado ou levado crédito por alguma ideia sua, em razão de sua deficiência, 100% dos(as) estagiários(as) responderam que isto nunca ocorreu com elas.

No ambiente de trabalho, uma fala/raciocínio/exposição sua já foi interrompida, em razão da sua deficiência?		
Não	100%	8
Sim	0%	0

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados reunidos nesta etapa do Censo da Defensoria Pública da Bahia superam a mera expectativa de mapear e reunir informações acerca da população PCD que ocupa cargos na instituição, porque fazem parte de um amplo esforço institucional para compreender, objetiva e subjetivamente, mazelas e preconceitos que afetam toda a sociedade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional em Saúde de 2019, divulgado pela agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹, nota-se o reduzido percentual de 28,3% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar (assim entendidas aquelas com 14 ou mais anos de idade) que estavam inseridas no mercado de trabalho, contrastando com o percentual de 66,3% das pessoas sem deficiência.

Dos resultados desta pesquisa, colhe-se que a Defensoria Pública do Estado da Bahia conta com um total de apenas 22 PCDs, entre defensores(as), servidores(as) e estagiários(as). Dentre todas as categorias, prepondera a informação de deficiências de caráter físico e auditivo.

Um dado que desponta como relevante é a quantidade de pessoas que possui algum familiar com deficiência ou necessidade especial que dependa diretamente do apoio delas para tratamento. No total, 67 pessoas informaram que ocupam essa posição no seio familiar, sendo certo que o planejamento de políticas internas que abrangem essa fatia da comunidade institucional carece de investigação mais precisa a respeito de qual tipo de apoio é requisitado.

Entre as estagiárias, foi revelado que há maior necessidade de acompanhamento médico e de utilização de recursos de acessibilidade (aparelhos auditivos, nesse caso) em comparação com as servidoras. Esses dados obrigam-nos a lançar um olhar à realidade sob o ponto de vista econômico, uma vez que grande parte dos

1 PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, Editoria Estatísticas Sociais. Brasil, 2021. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia#:~:text=n%C3%A3o%20estar%20dispon%C3%ADveis,;PNS%202019%3A%20pa%C3%ADs%20tem%2017%2C3%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,com%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia&text=Em%202019%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,de%20idosos%20estavam%20nessa%20condi%C3%A7%C3%A3o.>

estagiários (senão a maioria deles) não possui renda própria e nem sempre têm acesso aos variados planos de acompanhamento médico dos quais demonstraram necessitar, sejam para si mesmos ou para seus familiares.

Estas informações poderiam talvez ser observadas, sem exclusão de outros recortes necessários, a partir do prisma das relações de poder institucionais, considerando o lugar ocupado na hierarquia da DPE-BA por cada defensor(a), servidor(a) e estagiário(a), e em que nível preocupa-se a instituição em atender determinadas necessidades de acordo com esses lugares. Note-se que a ausência do recurso de libras e legendas nas transmissões e cursos obrigatórios ministrados pela instituição foi apontada por todos(as) os(as) estagiários(as) que informaram a ocorrência de situação de falta de recurso.

A pesquisa demonstrou que há, ainda, muito o que se enfrentar em relação ao preconceito e capacitismo no sistema de justiça, seja proveniente de falas jocosas em rodas informais de conversa, seja em espaços mais formais de exercício profissional, como o atendimento aos usuários do serviço. Além disso, revela um problema instrumental para o exercício do trabalho, qual seja, a falta de garantias de acessibilidade plena e efetiva.

Importa analisar, por fim, que, quando o assunto é cotas na administração pública, apenas três defensores(as), dois(duas) servidores(as) e quatro estagiários(as) afirmaram tê-lo utilizado para o ingresso na DPE-BA, números que são indiscutivelmente baixos, e encontram correspondência em outras instituições, o que se afere de uma simples checada nas listas de aprovação para concursos públicos em geral. Fortalecer o sistema de cotas para garantir maior inserção de pessoas com deficiência na Defensoria Pública do Estado da Bahia também é, sem dúvidas, um encaminhamento a ser extraído destas conclusões, que, somado aos demais, subsidiará a atualização da política interna de acessibilidade e fomentará discussões que transbordarão os limites institucionais.

